



# Boletim Mensal de Actividade Económica

Nº 9/2007

## Índice

<b>Sumário</b>	2
<b>Seleção de Indicadores de Actividade Económica</b>	3
<b>Conjuntura</b>	4
1. Conjuntura Internacional	4
2. Conjuntura Nacional	8
3. Dinâmica Sectorial	12
<b>Artigos</b>	
4. <b>Em Análise:</b> Desemprego e colocações por região e sector de actividade no 1º semestre de 2007, por Eduarda Cardoso	16
5. <b>Em Análise:</b> Caracterização económica do distrito de Leiria, por Ricardo Paes Mamede	20
6. <b>Competitividade: World Investment Prospects to 2011</b>	24
7. <b>Agenda</b>	30
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	36
<b>Anexo Estatístico:</b> Indicadores de Actividade Económica (em Excel)	

## Sumário

- A Comissão Europeia, nas previsões intercalares, reviu ligeiramente em baixa o crescimento da **Zona Euro** para 2007 fixando a sua estimativa em 2,5% (-0,1 p.p. face à estimativa anterior). A economia dos **EUA** acelerou no 2º trimestre de 2007, crescendo 3,8% em termos anualizados após 0,6% no 1º trimestre.
- Em Agosto de 2007, o **preço relativo do petróleo** importado situou-se em cerca de 55,4% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.
- Relativamente aos indicadores **de actividade geral**, o Indicador Coincidente Mensal (BP) (Julho e Agosto) e o Indicador de Actividade Económica (INE) (Julho) acentuaram a trajectória ascendente do 2º trimestre e o Indicador de Sentimento Económico (Eurostat) apresenta uma recuperação significativa em Setembro, situando-se contudo, no conjunto do 3º trimestre, ainda abaixo do nível registado no trimestre anterior.
- No que respeita ao **consumo privado**, registam-se sinais contraditórios nos diversos indicadores, perspectivando-se no conjunto a manutenção de um cenário de recuperação, num contexto de aumento das taxas de juro.
- Relativamente ao **Investimento**, os indicadores avançados para o terceiro trimestre sugerem uma nova melhoria do investimento, incluindo a construção.
- No que se refere ao **comércio externo**, os valores divulgados pelo Banco de Portugal, para Julho de 2007, apontam para crescimentos nominais homólogos de cerca de 11,1% nas “exportações” de bens e serviços (um crescimento de dois dígitos que já não se verificava desde Abril) e de cerca de 5,4%, nas “importações”.
- As **contas nacionais** publicadas pelo INE relativas ao 2º trimestre de 2007 apontam para um crescimento homólogo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 1,7%. Os sectores que mais contribuíram para o crescimento do VAB foram a Indústria, seguida do Comércio, Restaurantes e Hotéis e os Outros Serviços.
- No que respeita à **indústria transformadora**, os índices de Produção Industrial registaram em Julho uma aceleração, e abrandaram em Agosto, apresentando em média nos dois meses taxas de crescimento ainda inferiores às registadas no conjunto do 2º trimestre.
- No sector da **Construção**, a generalidade dos indicadores aponta para a manutenção da recuperação registada ao longo do primeiro semestre de 2007.
- No sector dos **Serviços**, o Volume de Vendas (3º trimestre) e o Índice de Volume de Negócios (Julho) registam melhorias significativas face aos níveis registados no 2º trimestre, sugerindo um maior dinamismo da procura interna.
- No sector do **Comércio**, registam-se, no 3º trimestre de 2007, evoluções favoráveis do indicador do Volume de Vendas (extensível às componentes Comércio a Retalho e Comércio por Grosso) e do Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho.
- O relatório **World Investment Prospects (WIP)** do **Economist Intelligence Unit (EIU)** centra a sua análise numa previsão da evolução dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) para o período de 2007-2011 num conjunto de 82 países, baseando-se para tal em dados históricos para o período 2002-2006 e em previsões para 2007-2011. No período 2007-2011, Portugal localiza-se em 26ª posição (0,6% no total mundial), tendo conquistado 8 lugares (a subida mais acentuada) face ao *ranking* anterior que analisava o período 2006-2010.

SELECÇÃO DE INDICADORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Última actualização	Unidade	2006			2007			2007						
				II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	II TR 07	III TR 07	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Indicador de Actividade Económica	INE	19-09-2007	M3M	0,7	0,6	0,6	1,1	1,9		1,1	1,5	1,6	1,9	2,3		
Indicador Coincidente	BP	21-09-2007	VH	0,7	1,1	1,5	1,7	2,0		1,8	1,9	2,0	2,1	2,2	2,3	
Indicador de Clima Económico	INE	02-10-2007	SRE/M3M	0,2	0,6	0,6	0,9	1,4	1,2	0,9	1,0	1,2	1,4	1,2	1,2	1,2
Indicador Composto Avançado	OCDE	08-10-2007	N/(M12M) N-12	-	-	-	-	-	-	5,5	5,1	4,4	4,3	4,1	3,9	
Indicador de FBCF	INE	19-09-2007	M3M	-5,3	-3,0	-4,6	-1,5	6,3		-1,5	0,3	2,2	6,3	9,9		
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	02-10-2007	VE/M3M	-36,2	-31,9	-31,0	-33,2	-32,9	-35,5	-33,2	-33,4	-33,0	-32,9	-33,2	-34,6	-35,5
Indicador de Confiança na Indústria Transformadora	INE	02-10-2007	VE/M3M	-9,2	-5,7	-6,1	-2,0	-1,1	-1,9	-2,0	-1,4	-1,1	-1,1	-2,0	-2,6	-1,9
Indicador de Confiança na Construção	INE	02-10-2007	VE/M3M	-47,7	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-38,7	-43,8	-43,3	-41,0	-40,7	-40,7	-39,5	-38,7
Indicador de Confiança no Comércio	INE	02-10-2007	VE/M3M	-9,5	-6,8	-6,3	-6,3	-6,5	-7,4	-6,3	-5,8	-6,1	-6,5	-7,6	-7,8	-7,4
I. Confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	02-10-2007	VCS/M3M	1,7	4,5	7,2	6,6	9,2	9,4	6,6	8,7	9,4	9,2	8,4	7,9	9,4
Índice Volume Negócios na Ind. Transformadora	INE	03-10-2007	VH, M3M	4,9	7,1	7,1	7,1	5,2		7,1	7,5	6,3	5,2	5,0	4,3	
Índice Volume Negócios Comércio a Retalho	INE	28-09-2007	VH, M3M	0,9	4,9	3,4	4,0	2,1		4,0	3,3	2,6	2,1	2,6	3,6	
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	11-09-2007	VH, M3M	-0,7	2,9	0,2	3,7	4,0		3,7	4,4	4,1	4,0	4,3		
Índice de Produção Industrial - Total	INE	01-10-2007	VHVCS	2,2	3,6	4,2	4,3	1,6		2,4	2,9	2,2	-0,2	2,0	0,7	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	01-10-2007	VHVCS	1,5	3,5	2,5	4,7	3,6		3,7	6,4	3,7	0,8	3,1	1,9	
Preços no Consumidor (HPC)	INE	14-09-2007	VM12	-	-	-	-	-	-	2,9	2,8	2,7	2,6	2,5	2,5	
Preços Consumidor (HPC) (Zona Euro 13)	Eurostat	14-09-2007	VM12	-	-	-	-	-	-	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8	
Balança Bens e Serviços	BP	20-09-2007	VH	7,4	8,8	5,4	2,5	4,8		-1,2	9,6	5,0	0,4	4,9		
Importações: Bens	BP	20-09-2007	VH	9,8	8,9	4,1	2,9	5,4		0,6	8,9	5,3	2,2	8,5		
Importações: Serviços	BP	20-09-2007	VH	12,9	13,5	13,2	11,5	7,0		6,7	14,4	2,9	5,2	7,6		
Exportações: Bens	BP	20-09-2007	VH	15,0	15,0	15,1	16,1	15,0		12,7	17,6	16,0	11,5	18,6		
Exportações: Serviços	BP	20-09-2007	VH													

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Última Actualização	Unidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2005		2006				2007	
										III TR 05	IV TR 05	I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	II TR 07
PIBpm	INE	07-09-2007	Milhões euros	129 308	135 434	138 582	144 128	148 852	155 131	37 387	37 841	37 917	38 628	39 019	39 568	39 941	40 409
PIBpm	INE	07-09-2007	Milhões dólares	115 796	128 027	156 780	179 215	185 198	194 870	45 593	44 977	45 577	48 531	49 713	51 049	52 342	54 479
PIBpm	INE	07-09-2007	VH Real	2,0	0,8	-0,7	1,5	0,5	1,3	0,5	1,0	1,2	0,9	1,5	1,6	2,0	1,6
PIBpm (Zona Euro 13)	Eurostat	07-09-2007	VH Real	1,9	0,9	0,8	1,8	1,6	2,9	1,8	1,9	2,4	2,9	2,8	3,3	3,2	2,5
Consumo Privado	INE	07-09-2007	VH Real	1,3	1,3	-0,1	2,5	2,2	1,1	1,2	1,3	1,1	0,3	1,7	1,2	1,1	1,4
Consumo Público	INE	07-09-2007	VH Real	3,3	2,6	0,2	2,6	2,2	-0,5	1,9	1,0	0,2	-0,4	-0,8	-0,9	-0,8	-0,7
Investimento (FBCF)	INE	07-09-2007	VH Real	1,0	-3,5	-7,4	0,2	-3,3	-1,6	-4,6	-3,5	-1,1	-1,3	-1,4	-2,7	-0,9	0,2
FBCF sem construção	INE	07-09-2007	VH Real	-1,5	-3,7	-4,9	2,3	-1,9	2,9	-2,4	-2,4	0,5	5,1	4,3	1,7	2,1	1,5
Exportações Bens e Serviços	INE	07-09-2007	Milhões euros	37 360	37 879	38 790	40 953	42 427	48 238	10 773	10 938	11 499	11 923	12 334	12 482	12 958	13 037
Exportações Bens e Serviços	INE	07-09-2007	Milhões dólares	33 463	35 813	43 867	50 913	52 761	60 620	13 138	13 000	13 822	14 980	15 715	16 103	16 982	17 576
Exportações Bens e Serviços	INE	07-09-2007	VH Real	1,8	1,5	3,9	4,0	1,2	8,9	2,9	3,5	8,6	7,7	9,2	10,0	8,5	5,6
Importações Bens e Serviços	INE	07-09-2007	VH Real	0,9	-0,7	-0,8	6,7	1,9	4,3	0,9	-0,3	5,0	2,6	5,5	4,3	2,4	3,4
Balança Corrente / PIB pm (fim de período)	BP/INE	07-09-2007	% PIB	-9,9	-8,1	-6,1	-7,7	-9,7	-9,4	-9,4	-9,7	-11,0	-10,8	-9,5	-9,4	-8,8	-9,3
Stock IDE / PIB pm (fim de período) (2)	BP/INE	24-09-2007	% PIB	31,6	31,4	35,5	35,2	37,4	41,9	37,5	37,4	38,5	39,4	40,7	41,9	42,4	42,9
Saldo Primário / PIB pm - Subsector Estado (3)	DGO/INE	07-09-2007	% PIB	-0,5	-0,8	-0,6	-3,8	-3,5	-1,9	-2,9	-3,5	-1,9	-1,4	-1,1	-1,9	-1,7	0,1
Saldo total - SPA (4)	DGO/INE	04-10-2007	% PIB	-4,3	-4,2	-5,2	-5,4	-6,1	-3,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Real Unitário de Trabalho (1)	AMECO	08-05-2007	2000 = 100	101,5	101,3	101,4	100,0	99,6	98,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Nominal Unitário de Trabalho Relativo à UE 15	AMECO	08-05-2007	2000 = 100	102,5	104,0	104,9	105,2	106,1	106,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Emprego Total	INE	17-08-2007	Milhar	5 112	5 137	5 118	5 123	5 123	5 159	5 130	5 134	5 127	5 181	5 187	5 143	5 136	5 155
População desempregada	INE	17-08-2007	Milhar	214	271	342	365	422	428	430	447	430	406	417	459	470	441
Taxa de desemprego - Portugal	INE	17-08-2007	(%)	4,0	5,0	6,3	6,7	7,6	7,7	7,7	8,0	7,7	7,3	7,4	8,2	8,4	7,9
Norte	INE	17-08-2007	(%)	3,7	4,9	6,8	7,7	8,8	8,9	8,8	9,0	8,9	8,4	8,5	9,7	9,5	9,4
Centro	INE	17-08-2007	(%)	2,5	3,0	3,6	4,3	5,2	5,5	5,4	6,0	5,5	5,1	5,5	5,8	6,7	4,9
Lisboa	INE	17-08-2007	(%)	5,3	6,5	8,1	7,6	8,6	8,5	9,0	9,0	8,5	8,1	8,4	8,9	8,8	9,0
Alentejo	INE	17-08-2007	(%)	5,9	6,6	8,2	8,8	9,1	9,2	9,4	9,4	9,8	8,9	8,7	9,3	9,5	8,8
Algarve	INE	17-08-2007	(%)	3,8	5,3	6,1	5,5	6,2	5,5	5,3	5,9	5,9	5,0	5,1	6,1	6,9	6,9
R.Açores	INE	17-08-2007	(%)	2,3	2,5	2,9	3,4	4,1	3,8	4,2	4,4	4,2	3,8	3,3	4,0	4,7	3,9
R.Amadeira	INE	17-08-2007	(%)	2,5	2,5	3,4	3,0	4,5	5,4	4,4	5,1	4,6	5,0	6,1	5,8	6,9	6,3
VAB - Total preços constantes	INE	07-09-2007	Milhões euros	109 133	109 954	109 503	111 350	111 357	112 835								
Agricultura, Silvicultura e Pescas	INE	07-09-2007	VH Real	2,4	0,8	-0,4	1,7	0,0	1,3	-0,1	0,3	1,1	0,6	1,7	1,9	1,8	1,7
Indústria, Electricidade, Gás e Água	INE	07-09-2007	VH Real	-3,2	2,4	-2,3	5,8	-8,1	8,4	-10,0	-5,6	3,6	9,4	11,5	9,4	3,5	-0,4
Construção	INE	07-09-2007	VH Real	1,8	-0,5	0,2	0,6	-1,3	2,0	-1,2	0,8	1,8	0,3	3,0	2,9	3,9	3,3
Comércio, Restauração e Hóteis	INE	07-09-2007	VH Real	2,8	-4,0	-8,7	-0,3	-3,3	-5,3	-5,3	-3,2	-2,1	-6,7	-6,3	-6,1	-3,5	-0,8
Transp. e Comunicações, Activ. Financeiras, Outros Serviços	INE	07-09-2007	VH Real	0,8	-1,1	-2,4	2,6	1,8	1,7	1,3	1,3	0,6	1,5	2,7	2,0	2,7	2,3

(1) Portugal

(2) Valor do PIB considerado = Soma móvel 4 trimestres

(3) fim de período

(4) Excl. efeitos das medidas temporárias até ao ano de 2004 incl.

'Exportações' de mercadorias - (peso no total e t.v.h)						
	2002	2003	2004	2005	2006	últimos 12m até Jun 07
UE-25	81,3	81,0	80,9	80,0	77,4	76,8
t.v.h.	1,9	2,1	6,1	1,7	8,8	8,4
Espanha	20,9	23,8	25,8	27,0	27,4	27,2
t.v.h.	10,3	16,5	15,4	7,5	14,0	9,4
Terceiros	18,7	19,0	19,1	20,0	22,6	23,2
t.v.h.	1,3	4,4	7,1	7,4	26,8	20,2

Nota: Quebra de série em 2004. Passa a incluir estimativa abaixo do limiar e das não-respostas no Intra-UE

Taxa de Cobertura (%)					
	2002	2003	2004	2005	últimos 12m até Jun 07
	64,5	67,3	64,1	62,5	66,9

Taxas de variação homóloga em valor das 'exportações' por agrupamentos de produtos							
	Estr. 06	02/01	03/02	04/03	05/04	06/05	últimos 12m até Jun 07
Máquinas	19,8	3,5	2,6	2,2	1,3	19,0	21,2
Material de Transporte	13,2	-2,9	4,9	6,1	-5,9	6,2	14,4
Vestuário e Calçado	11,0	-4,8	-2,5	-4,6	-8,2	-2,3	-0,8
Químicos	10,3	10,2	11,2	15,0	14,0	10,7	7,2
Minérios e Metais	10,3	6,6	6,2	34,3	10,8	29,3	21,8
Madeira, Cortiça e Papel	8,7	0,9	2,7	1,7	1,6	8,0	7,6
Agro-Alimentares	8,7	9,8	1,5	9,6	12,6	11,6	11,1
Outros	18,0	2,6	0,2	7,2	7,4	15,8	3,4
Total da Saída	100,0	1,8					

## 1. Conjuntura Internacional

De acordo com a Comissão Europeia, apesar da recente instabilidade nos mercados financeiros e da crise no mercado imobiliário dos EUA a actividade económica global permanece favorável. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um ligeiro abrandamento do ritmo de crescimento mundial em 2007 face a 2006. Nas suas últimas previsões (Julho de 2007) reviu em alta de 0,3 p.p. a estimativa de crescimento para a Economia Mundial em 2007 e 2008, apontando para 5,2% (Quadro 1.1).

**Quadro 1.1**  
**Previsões de Crescimento da Economia Mundial**

Taxa de Crescimento Real do PIB em %

	2006			2007			2008		
	FMI Julho-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Julho-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Julho-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
MUNDO	5,5	-	5,2	5,2	-	4,8	5,2	-	4,8
OCDE	-	3,2	-	-	2,7	-	-	2,7	-
ZONA EURO	2,8	2,8	2,7	2,6	2,6*	2,5*	2,5	2,3	2,5
ESPAÑA	3,9	3,9	3,9	3,8	3,6	3,7*	3,4	2,7	3,4
ALEMANHA	2,8	3,0	2,7	2,6	2,6*	2,4*	2,4	2,2	2,4
R. UNIDO	2,8	2,8	2,8	2,9	3,1*	2,9*	2,7	2,5	2,5
EUA	3,3	3,3	3,3	2,0	1,9*	2,2	2,8	2,5	2,7
CHINA	11,1	10,6	10,7	11,2	10,3	10,5	10,5	10,7	10,4
JAPÃO	2,2	2,2	2,2	2,6	2,4*	2,3	2,0	2,1	2,1

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Julho 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio 2007 e (\*) - Interim Assessment - Setembro 2007  
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007 e (\*) - Interim Forecast, Setembro 2007".

O FMI estima um crescimento real de 7,1% para o comércio mundial de bens e serviços em 2007, embora em desaceleração face a 2006. Para 2008 estima uma nova recuperação do comércio mundial, para 7,4% (Quadro 1.2).

**Quadro 1.2**  
**Comércio Mundial**

	2006			2007			2008		
	FMI Abr-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abr-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abr-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
<b>- Crescimento real do Com. Mundial (%)</b>									
<b>Imp.+ Exp.de bens e serviços <sup>(1)</sup></b>	<b>9,4</b>	<b>9,6</b>	<b>..</b>	<b>7,1</b>	<b>7,5</b>	<b>..</b>	<b>7,4</b>	<b>8,3</b>	<b>..</b>
Imp. de bens e serviços *	7,6	7,3	8,7	4,6	4,2	7,4	6,0	5,9	7,3
Exp. de bens e serviços *	8,5	8,9	8,9	5,5	6,0	7,7	6,2	7,1	7,3
<b>Imp.+ Exp.de bens</b>	<b>9,5</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>7,2</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>7,7</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
Imp. de bens *	7,8	..	9,2	4,9	..	7,7	5,8	..	7,6
Exp. de bens *	8,9	..	..	5,3	..	..	6,0	..	..
<b>- Exportações Mundiais em valor</b> (biliões de dólares)									
<b>Bens e serviços</b>	<b>14,717</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>16,139</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>17,456</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
Bens	11,920	..	..	13,052	..	..	14,137	..	..

\* FMI - economias avançadas, (1) - Julho de 2007 ; OCDE - países membros

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril e Julho 2007; OCDE, Economic Outlook N° 81, Maio 2007; CE, "Economic Forecasts" - Spring 2007

De acordo com a estimativa final do *Bureau of Economic Analysis* do Departamento de Comércio, a actividade económica dos **EUA** acelerou no 2º trimestre de 2007, crescendo 3,8% em termos anualizados após 0,6% no 1º trimestre. Esta aceleração reflecte principalmente acréscimos nas exportações, no investimento não residencial e no consumo público. A OCDE (Setembro 2007) reviu em baixa de 0,2 p.p. a estimativa de crescimento para a economia norte-americana em 2007, situando a previsão em 1,9%. (Quadro 1.3) em resultado de uma quebra do investimento residencial superior à estimada anteriormente. De acordo com o FMI (Setembro de 2007) persistem incertezas na economia dos EUA quanto ao impacto da crise do mercado imobiliário.

**Quadro 1.3**

**Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas dos EUA**

EUA	2006			2007			2008		
	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
<b>Crescimento real em %:</b>									
PIB	3,3	3,3	3,3	2,0 <sup>a)</sup>	1,9 <sup>b)</sup>	2,2	2,8	2,5	2,7
-Consumo privado	3,2	3,2	3,2	2,9	3,1	2,9	2,7	2,4	2,0
-Consumo Público	1,6	1,6	1,7	2,2	2,5	2,4	1,9	2,5	2,0
-FBCF	3,1	3,1	3,6	-2,1	-2,9	-1,2	3,0	1,8	4,5
-Exportações Bens e Serviços	8,9	8,9	9,0	8,0	5,6	7,0	7,0	7,1	7,2
-Importações Bens e Serviços	5,8	5,8	5,8	2,9	2,0	3,2	5,0	4,7	5,1
Contributo procura externa líquida p/ PIB	-	0,0	0,0	0,4	0,3	0,3	-	0,0	0,0
IPC (t.v.)	3,2	3,2	3,2	1,9	2,6	2,3	2,5	2,6	1,9
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	4,6	4,6	4,6	4,8	4,6	4,7	5,0	4,8	5,0
Saldo Global do SPA (% PIB)	-2,6	-2,3	-2,3	-2,5	-2,7	-2,6	-2,5	-2,9	-2,9
Balança Corrente (% PIB)	-6,5	-6,5	-6,1	-6,1	-6,1	-5,8	-6,0	-6,2	-6,0
Taxa de Juro de curto prazo (3 meses)	5,2	5,2	5,2	5,3	5,3	..	-	5,0	..

(a) FMI - World Economic Outlook, Julho 2007; (b) OCDE - Economic Outlook - Interim assessment, Setembro 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007; Comissão Europeia, Economic Forecasts, Spring 2007

Relativamente à **Zona Euro**, de acordo com as últimas projecções do Eurostat (Setembro de 2007) o crescimento do PIB no 2º trimestre de 2007 desacelerou para os 2,5% (3,2% no 1º trimestre), em resultado de um abrandamento do investimento e apesar de um aumento do crescimento do consumo privado e das exportações. Ainda de acordo com estas projecções, o intervalo de crescimento em cadeia para os 3º e 4º trimestres de 2007 situa-se entre 0,3% e 0,8% e entre 0,2% e 0,8%, respectivamente. A Comissão Europeia, nas previsões intercalares (Setembro de 2007), reviu ligeiramente em baixa o crescimento da Zona Euro para 2007 (-0,1 p.p. face à estimativa anterior), fixando a sua estimativa em 2,5% (Quadro 1.4). Esta estimativa reflecte uma revisão em baixa do crescimento para o 3º e 4º trimestres de 2007. De acordo com a CE, prevê-se que a procura interna continue a ser o principal contribuinte para o crescimento do PIB. Para 2008, a CE estima uma taxa de crescimento do PIB de 2,5%.

**Quadro 1.4**

**Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas da Zona Euro**

Zona Euro	2006			2007			2008		
	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
<b>Crescimento real em %:</b>									
PIB	2,8 <sup>a)</sup>	2,8	2,7	2,6 <sup>a)</sup>	2,6 <sup>b)</sup>	2,5 <sup>c)</sup>	2,5 <sup>a)</sup>	2,3	2,5
-Consumo privado	1,9	1,9	1,8	1,7	2,0	2,1	2,0	2,3	2,4
-Consumo Público	2,1	2,1	2,1	1,4	1,8	1,8	1,6	1,6	1,8
-FBCF	4,5	5,1	4,7	4,1	4,3	4,4	3,6	3,0	3,6
-Exportações Bens e Serviços	8,2	-	8,2	5,7	-	6,7	5,3	-	6,0
-Importações Bens e Serviços	7,6	-	7,7	5,6	-	6,7	5,5	-	6,2
Contributo procura externa líquida p/ PIB	0,4	0,3	0,3	0,1	0,3	0,1	-	0,0	0,0
IHPC (t.v.)	2,2	2,2	2,2	2,0	1,8	2,0 <sup>c)</sup>	2,0	2,0	1,9
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,7	7,8	7,9	7,3	7,1	7,3	7,1	6,7	6,9
Saldo Global do SPA (% PIB)	-1,6	-1,6	-1,6	-1,2	-1,0	-1,0	-1,1	-0,7	-0,8
Balança Corrente (% PIB)	-0,3	0,1	0,0	-0,3	0,4	0,2	-0,4	0,4	0,1
Taxa de Juro de curto prazo (3 meses)	3,5	3,1	3,1	3,5	4,1	-	-	4,3	-

(a) FMI - World Economic Outlook, Julho 2007; (b) OCDE - Interim assessment, Setembro 2007; (c) CE - Interim Forecast, Setembro 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007; Comissão Europeia, Economic Forecasts, Spring 2007

De acordo com as estimativas mais recentes do Eurostat (Setembro 2007), a **economia alemã** abrandou no 2º trimestre de 2007, crescendo a uma taxa de 2,5% em termos homólogos, após 3,6% no 1º trimestre. De acordo com o Instituto Federal de Estatística da Alemanha, o crescimento económico no 2º trimestre foi principalmente baseado no dinamismo do comércio externo. De acordo com aquele Instituto, a confiança dos empresários alemães desceu em Setembro de 2007 para o nível mais baixo desde Fevereiro de 2006. A forte valorização do euro poderá prejudicar as exportações alemãs, o que, a par da turbulência nos mercados, constituem uma ameaça para o crescimento daquela economia. A Comissão Europeia nas suas previsões mais recentes (Setembro de 2007), estima um crescimento do PIB da Alemanha de 2,4% em 2007 (Quadro 1.5), o que se traduz em menos 0,1 p.p. relativamente às previsões anteriores. De acordo com a CE, o investimento e o consumo privado continuarão a contribuir para o crescimento do PIB.

**Quadro 1.5**
**Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas da Alemanha**

ALEMANHA	2006			2007			2008		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
	Abril-07	Mai-07	Mai-07	Abril-07	Mai-07	Mai-07	Abril-07	Mai-07	Mai-07
<b>Crescimento real em %:</b>									
PIB	2,8 <sup>a)</sup>	3,0	2,7	2,6 <sup>a)</sup>	2,6 <sup>d)</sup>	2,4 <sup>c)</sup>	2,4 <sup>a)</sup>	2,2	2,4
-Consumo privado	0,8	1,0	0,8	0,4	0,9	1,0	1,3	1,7	2,3
-Consumo Público	1,8	1,8	1,8	0,5	1,3	1,0	1,1	1,8	0,9
-FBCF	5,6	6,4	5,6	4,7	4,9	4,9	4,1	2,7	3,7
-Exportações Bens e Serviços	12,5	12,9	12,5	6,2	9,4	8,7	4,7	7,2	7,1
-Importações Bens e serviços	11,1	11,5	11,1	5,7	7,7	8,5	5,0	7,5	7,6
Contributo procura externa líquida p/ PIB	1,1	1,2	1,1	0,6	1,2	0,5	0,2	0,4	0,2
IHPC (t.v.)	1,8	1,8	1,8	2,0	1,8	2,1 <sup>c)</sup>	1,6	1,7	1,7
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	8,1	8,1	8,4	7,8	6,9	7,3	7,6	6,3	7,5
Saldo Global do SPA (%PIB)	-1,7	-1,7	-1,7	-1,3	-0,7	-0,6	-1,3	-0,4	-0,3
Balança Corrente (% PIB)	5,1	5,1	4,7	5,3	6,7	5,6	5,2	7,0	5,7

(a)FMI - World Economic Outlook, Julho 2007; (b) OCDE - Interim assessment, Setembro 2007; © CE - Interim Forecast, Setembro 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007; Comissão Europeia, Economic Forecasts, Spring 2007

De acordo com as Contas Nacionais de **Espanha**, a economia espanhola manteve um grande dinamismo no 2º trimestre de 2007, ao crescer a uma taxa de 4,0% em volume em termos homólogos, (4,1% no 1º trimestre). Para esta evolução contribuiu principalmente a procura interna, em particular o investimento. As previsões intercalares da Comissão Europeia (Setembro de 2007) mantiveram o crescimento da economia espanhola em 2007, apontando para uma taxa de crescimento do PIB de 3,7% (Quadro 1.6). De acordo com estas previsões, em 2007 a actividade económica em Espanha deverá continuar apoiada na procura interna. Para 2008, a CE estima um crescimento de 3,4%. O FMI (Setembro de 2007) anunciou que vai rever em baixa as estimativas para o crescimento em Espanha que, devido ao seu elevado défice da balança corrente, revela uma exposição significativa à actual crise no mercado hipotecário.

**Quadro 1.6**
**Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas de Espanha**

ESPAÑA	2006			2007			2008		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
	Abril-07	Mai-07	Mai-07	Abril-07	Mai-07	Mai-07	Abril-07	Mai-07	Mai-07
<b>Crescimento real em %:</b>									
PIB	3,9 <sup>a)</sup>	3,9	3,9	3,8 <sup>a)</sup>	3,6	3,7 <sup>b)</sup>	3,4 <sup>a)</sup>	2,7	3,4
-Consumo privado	3,7	3,7	3,7	3,3	3,6	3,5	3,2	2,8	3,3
-Consumo Público	4,4	4,4	4,4	4,0	5,5	4,6	3,8	3,9	4,8
-FBCF	6,3	6,3	6,3	5,6	4,8	6,0	4,8	2,7	5,0
-Exportações Bens e Serviços	6,2	6,2	6,2	6,2	6,3	5,8	6,2	6,3	5,4
-Importações Bens e serviços	8,4	8,4	8,4	7,3	7,9	7,6	6,9	6,5	7,0
Contributo procura externa líquida p/ PIB	-1,0	-1,0	-1,0	-0,8	-0,9	-0,9	-0,6	-0,5	-0,9
IHPC (t.v.)	3,6	3,6	3,6	2,6	2,5	2,5 <sup>b)</sup>	2,7	2,7	2,6
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	8,5	8,5	8,6	7,8	8,2	8,1	7,7	8,1	7,8
Saldo Global do SPA (%PIB)	1,8	1,8	1,8	1,3	1,5	1,4	1,1	1,5	1,2
Balança Corrente (% PIB)	-8,8	-8,7	-8,5	-9,4	-10,1	-9,1	-9,8	-10,5	-9,7

(a) FMI - World Economic Outlook, Julho 2007; (b) CE - Interim Forecast, Setembro 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007; Comissão Europeia, Economic Forecasts, Spring 2007

Em Setembro, a cotação média do **petróleo (brent)** registou uma trajectória ascendente face ao mês anterior, atingindo um máximo histórico ao ultrapassar os 80 dólares por barril. Nos EUA o preço do crude ultrapassou a barreira dos 83 dólares por barril. Para esta situação contribuiu principalmente a descida das reservas de gasolina nos EUA para o nível mais baixo dos últimos 21 meses devido ao abrandamento da produção das refinarias. No Mercado de Futuros, o preço médio do barril de petróleo situou-se nos 80 dólares para contratos com entrega para Novembro e Dezembro de 2007. Para o primeiro semestre de 2008, o preço médio do crude contratado rondou os 79 dólares por barril.

Em Agosto de 2007, o preço de importação de petróleo em euros diminuiu face ao período homólogo do ano anterior (-1,1 %) (Quadro 1.7). Essa evolução reflectiu um efeito cambial favorável (-6,4%) e uma subida do preço das ramas descarregadas, avaliadas em dólares (+5,7%). Tomando em consideração o efeito cambial e a evolução dos preços na produção em Portugal (usando como referência o deflator do PIB), verifica-se que o preço relativo do petróleo importado se situou, em Agosto de 2007, em cerca de 55,4% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979 (Figura 1.1).

Quadro 1.7

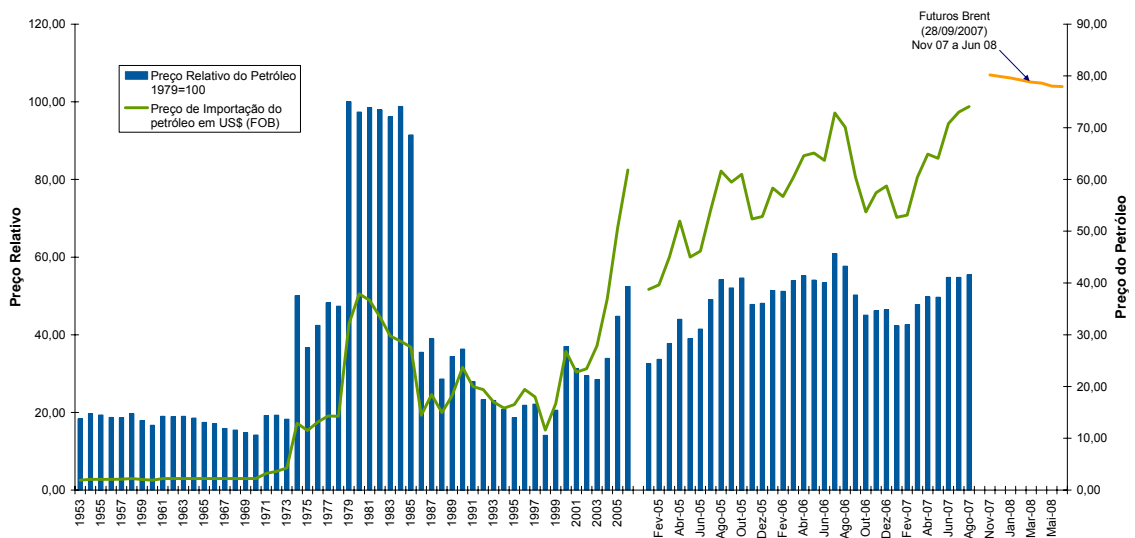
**Evolução do Preço Relativo de Importação do Petróleo**

	Unidade	2005	2006	2006						2007							
				I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	II TR 07	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
(a) Preço de importação do petróleo (USD)	VH	37,1	22,1	42,2	35,1	16,0	2,2	-5,2	3,3	-9,6	-6,4	0,1	0,5	-1,6	11,2	0,3	5,7
(b) Efeito Cambial	VH	-1,2	-1,2	8,7	-0,4	-3,7	-7,9	-7,6	-5,5	-6,1	-8,3	-8,4	-7,5	-3,8	-5,1	-7,6	-6,4
(c) Preço de importação do petróleo (EUR)	VH	35,5	20,6	54,6	34,5	11,8	-5,9	-12,5	-2,4	-15,1	-14,2	-8,4	-7,1	-5,4	5,6	-7,3	-1,1
(d) Deflator do PIB <sup>1</sup>	VH	2,8	2,9	2,7	3,1	2,8	2,9	3,3	3,0	3,2	3,3	3,4	3,1	3,0	2,9	3,0	3,0
(e) Preço relativo do petróleo <sup>2</sup>	VH	31,8	17,2	50,6	30,5	8,7	-8,5	-15,3	-5,2	-17,8	-16,9	-11,4	-9,8	-8,1	2,6	-10,0	-4,0
Por memória:																	
(f) Preço de importação do petróleo (f.o.b) <sup>3</sup>	USD	50,7	61,8	58,5	64,5	67,8	56,6	55,4	66,6	52,7	53,1	60,4	64,9	64,1	70,8	73,0	74,1
(g) Cotações internacionais do petróleo	USD	53,4	64,4	61,0	68,3	69,4	59,0	57,0	66,1	53,4	57,6	60,1	65,1	65,1	68,2	73,7	70,1
(ffg) Preço importação/Cotações internacionais	rácio (%)	95,0	96,0	95,8	94,4	97,7	95,9	97,2	100,7	98,7	92,2	100,6	99,7	98,4	103,8	99,1	105,6
(h) Preço relativo do petróleo (USD) (1979=100)	(%)	44,7	52,4	52,2	54,2	56,3	45,9	44,2	51,4	42,3	42,6	47,8	49,7	49,7	54,8	54,8	55,4

(1) Cálculo do GEE. Sempre que não haja deflator utiliza-se o último deflator conhecido.  
 (2) Cálculo do GEE. O preço relativo do petróleo é o rácio entre o preço do petróleo em euros e o deflator do PIB em Portugal. A contabilidade (c) = (a) + (b); (e) = (c) - (d) não se verifica exactamente pois a decomposição das taxas de crescimento não é aditiva.  
 (3) Cálculo do GEE com base em dados da Galp Energia, relativos às importações mensais de ramas de petróleo bruto.  
 Fontes: Cotações Internacionais - IMF (Primary Commodity Prices) - média simples dos preços U.K. Brent, Dubai e West Texas Intermediate; Preços de Importação - Galp Energia; Taxa de Câmbio - Galp Energia; Deflator do PIB - INE, Contas Nacionais.

Figura 1.1

**Evolução do Preço Relativo do Petróleo**



Fonte : Cálculos do GEE com base em dados da Galp Energia (preço do petróleo em US\$ e taxa de câmbio); INE (deflator do PIB - Contas Nacionais); Futuros - ICE Futures - Intercontinental Exchange.  
 O preço relativo do petróleo é o rácio entre a cotação do petróleo em euros e o deflator do PIB em Portugal.

## 2. Conjuntura Nacional

De acordo com as **Contas Nacionais** publicadas pelo INE relativas ao **2º trimestre de 2007** (Quadro 2.1), a economia portuguesa desacelerou face ao 1º trimestre, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) crescido 1,6% em termos homólogos (2,0% no 1º trimestre). Esta evolução foi determinada pelo abrandamento da procura externa líquida, que contribuiu com 0,5 pontos percentuais (p.p.) para o crescimento do PIB (1,9 p.p. no 1º trimestre de 2007). Por sua vez, aumentou o contributo da procura interna que passou de 0,1 p.p. no 1º trimestre de 2007 para 1,1 p.p. no 2º trimestre. Esta evolução da procura interna reflecte uma aceleração no Consumo Privado e também uma melhoria da FBCF, que registou um taxa de crescimento positiva (+0,2%), pela primeira vez desde o 2º trimestre de 2004. As Exportações de Bens e Serviços cresceram 5,6% em termos homólogos, desacelerando face ao trimestre anterior (8,5%), enquanto as importações cresceram acima do verificado no 1º trimestre (3,4%, contra 2,4%).

**Quadro 2.1**
**Indicadores Económicos**

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Unidade	2004	2005	2006	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
PIBpm		Milhões euros	144 128	148 852	155 131	37 917	38 628	39 019	39 568	39 941	40 409
PIBpm		VH Real	1,5	0,5	1,3	1,2	0,9	1,5	1,6	2,0	1,6
Consumo Privado		VH Real	2,5	2,2	1,1	1,1	0,3	1,7	1,2	1,1	1,4
Consumo Público		VH Real	2,6	2,2	-0,5	0,2	-0,4	-0,8	-0,9	-0,8	-0,7
FBCF		VH Real	0,2	-3,3	-1,6	-1,1	-1,3	-1,4	-2,7	-0,9	0,2
Exportações Bens e Serviços		VH Real	4,0	1,2	8,9	8,6	7,7	9,2	10,0	8,5	5,6
Importações Bens e Serviços		VH Real	6,7	1,9	4,3	5,0	2,6	5,5	4,3	2,4	3,4
FBCF sem construção	INE	VH Real	2,3	-1,9	2,9	0,5	5,1	4,3	1,7	2,1	1,5
Balança Corrente / PIB (fim de período)	BP	%	-7,7	-9,7	-9,4	-11,0	-10,8	-9,5	-9,4	-8,8	-9,3
Saldo Total-SPA / PIB (exc. med. tempor)	DGO/INE	%	-5,2	-6,1	-3,9						
Taxa de desemprego	INE	(%)	6,7	7,6	7,7	7,7	7,3	7,4	8,2	8,4	7,9
Inflação	INE	(%)	2,4	2,3	3,1	3,2	3,7	3,0	2,5	2,4	2,6
Contributo da Procura Externa Líquida p/ PIB	INE	(%)	-1,4	-0,4	1,0	0,6	1,4	0,7	1,4	1,9	0,5
Contributo da Procura Interna p/ PIB	INE	(%)	2,7	0,9	0,3	0,6	-0,5	0,8	0,1	0,1	1,1

De acordo com o INE, no 2º trimestre de 2007 a **taxa de desemprego** fixou-se em 7,9%, baixando 0,5 p.p. face ao 1º trimestre (8,4%) e invertendo a tendência de subida que se vinha verificando desde o 3º trimestre de 2006 (Quadro 2.1). O Eurostat estima que a taxa de desemprego tenha aumentando para 8,3% no mês de Agosto (8,2% nos três meses anteriores) (Quadro 2.2). Em termos homólogos o IEFP registou, em Agosto, uma diminuição de 10,2% (menos 44 754 indivíduos) no número de desempregados inscritos nos centros de emprego (-10,8 VH em Julho). A redução do número de desempregados inscritos foi extensível ao desemprego de longa duração, que apresenta uma variação homóloga de -12,4% em Agosto (-13,9% em Julho).

**Quadro 2.2**
**Mercado de Trabalho**

Mercado de Trabalho	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	Jun-07	Jul-07	Ago-07
Taxa de Desemprego	Eurostat	%	7,6	7,5	7,9	8,2	8,2	8,2	8,2	8,3
Desempregados inscritos	IEFP	Nº Pessoas	456 254	440 810	454 469	449 942	402 262	388 619	389 571	392 038
Varição dos desempregados inscritos	IEFP	Período n-Período (n-1)	-30 174	-15 444	13 659	-4 527	-47 680	-8 863	952	2 467
Desempregados inscritos	IEFP	VH	-3,1	-6,1	-6,0	-7,5	-11,8	-12,2	-10,8	-10,2
Evolução do desemprego de longa duração	IEFP	VH	-2,9	-6,5	-7,8	-10,5	-14,0	-14,6	-13,9	-12,4
Varição da população empregada	INE	Período n-Período (n-1)	53 900	6 500	-44 500	-7 100	18 900			
Evolução da população empregada	INE	VH	1,0	1,1	0,2	0,2	-0,5			
Índice do Custo de Trabalho	Eurostat	VH	4,3	3,8	4,3	3,8	3,2			
Índice do Custo de Trabalho (Zona Euro)	Eurostat	VH	2,8	2,5	2,4	2,3	2,5			
Por memória:										
Inflação (IPC)	INE	VH	3,7	3,0	2,5	2,4	2,6	2,4	2,4	2,1

Relativamente aos indicadores avançados de actividade económica (Quadro 2.3), o Indicador de Sentimento Económico (Eurostat) apresenta uma recuperação significativa em Setembro (102,0), situando-se contudo, no conjunto do 3º trimestre (100,7), ainda abaixo do nível registado no trimestre anterior (101,8). O Indicador Coincidente Mensal (BP) (Julho e Agosto) e o Indicador de Actividade Económica (INE) (Julho) acentuaram a trajectória ascendente do 2º trimestre, situando-se a variação homóloga dos dois indicadores em 2,3%, VH e 2,3%, VH M3M, respectivamente. O Indicador de Clima Económico do INE (Figura 1.1), apesar de ter estabilizado em 1,2 (SRE/M3M) nos meses de Julho a Setembro, desacelerou ligeiramente no 3º trimestre quando comparado com o trimestre anterior (1,4 SRE M3M), quando tinha atingido o máximo em cinco anos. Por sua vez, o Indicador Compósito Avançado da OCDE apesar de melhorar ligeiramente em Agosto manteve-se ainda abaixo do nível verificado no 2º trimestre.

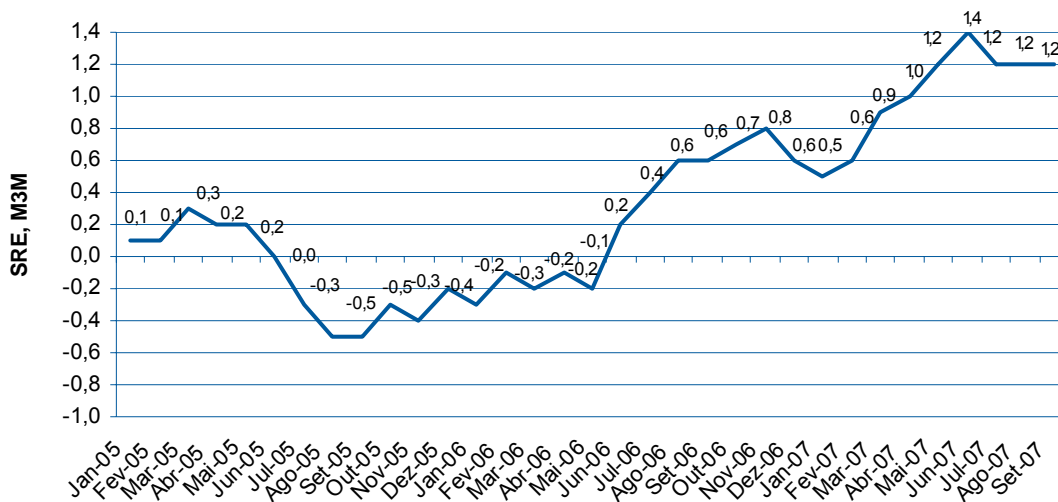
Quadro 2.3

Indicadores avançados de actividade geral

Indicadores de Actividade Geral	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Jul-07	Ago-07	Set-07
Indicador de Actividade Económica	INE	VH, M3M	0,6	0,6	1,1	1,9		2,3		
Indicador Coincidente Mensal	BP	VH	1,1	1,5	1,7	2,0		2,2	2,3	
Indicador de Clima Económico	INE	SRE/M3M	0,6	0,6	0,9	1,4	1,2	1,2	1,2	1,2
Indicador Compósito Avançado	OCDE	LI 6M	6,5	6,2	6,0	3,8		3,4	3,5	
Indicador do Sentimento Económico	C. Europeia	(1990-2003)=100	95,5	98,4	100,3	101,8	100,7	100,9	99,1	102,0

Figura 1.1

Indicador de Clima Económico (INE)



No que respeita aos indicadores do **Consumo Privado** (Quadro 2.4) o Indicador Coincidente do Consumo Privado desceu ligeiramente em Agosto face ao nível do 2º trimestre de 2007 (1,5% VH e 1,6% VH respectivamente) e o nível de Confiança dos Consumidores deteriorou-se no 3º trimestre (-35,5 SRE) face ao 2º trimestre (-32,9 SRE). Inversamente, o Índice de Volume de Negócios de Comércio a Retalho registou, em Julho e Agosto, uma subida significativa suportada por uma evolução favorável da componente não alimentar. Esta evolução foi acompanhada por uma aceleração do Índice do Volume de Negócios nos Serviços, no mês

de Julho, face ao crescimento verificado no 2º trimestre de 2007. Também as Vendas de Veículos Ligeiros de Passageiros registaram, no 3º trimestre de 2007, uma evolução muito positiva face ao trimestre anterior.

#### Quadro 2.4

##### Indicadores avançados do consumo privado

Indicadores de Consumo Privado	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Jul-07	Ago-07	Set-07
Indicador Coincidente do Consumo Privado	BP	VH	1,1	1,6	1,5	1,6		1,6	1,5	
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-31,9	-31,0	-33,2	-32,9	-35,5	-34,0	-35,7	-36,8
Índice de Vol. de Neg. Comércio a Retalho (p.const)	INE	VH (v.c.s)	3,4	1,2	1,7	0,1		0,3	1,9	
IVN no Comércio a Retalho de Bens Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	5,0	2,2	3,3	1,9		1,5	1,4	
IVN no Comércio a Retalho de Bens não Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	2,1	0,4	0,4	-1,3		-0,6	2,2	
Índice de Vol. de Vendas no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-15,3	-6,3	-13,3	-6,0	-1,7	5,0	4,0	-14,0
Índice de V.Negócios nos Serviços - Alojamento e restauração	INE	VH	1,6	1,4	0,8	3,0		6,6		
Venda de Veículos Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	-3,3	-7,2	-5,4	-0,1	13,7	20,2	12,8	4,8

Relativamente ao **Investimento** (Quadro 2.5), os dados disponíveis apontam no sentido da continuação da recuperação. Em Julho de 2007, o Indicador de FBCF (9,9 M3M) acentuou a recuperação já verificada no 2º trimestre de 2007 (6,3 M3M), registando o melhor nível desde o final de 1998. O Indicador de Confiança na Construção melhorou no 3º trimestre face ao trimestre anterior. As vendas de cimento cresceram significativamente em Julho (5,8% VH) e diminuíram em Agosto (-1,1 VH), situando-se ainda acima do crescimento negativo de -3,9 VH verificado no 2º trimestre. Também os Índices de Produção Industrial de Bens de Investimento e de Máquinas e Equipamentos que haviam acelerado em Julho, registaram valores negativos em Agosto, desacelerando relativamente ao 2º trimestre. Em contrapartida, o Índice de Novas Encomendas de Bens de Investimento registou uma forte recuperação em Agosto face ao 2º trimestre. As Vendas de Viaturas Comerciais Ligeiras e Pesadas revelam uma evolução desfavorável na componente de investimento em Material de Transporte.

#### Quadro 2.5

##### Indicadores avançados do investimento

Indicadores de Investimento	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Jul-07	Ago-07	Set-07
Indicador de FBCF	INE	M3M	-3,0	-4,6	-1,5	6,3		9,9		
IPI - Máquinas e equipamentos	INE	VH(v.c.s)	-2,5	-7,0	-0,5	-1,4		0,3	-6,9	
IPI - Bens de Investimento	INE	VH(v.c.s)	1,8	1,3	6,0	2,5		5,5	-3,1	
Índice de Novas Encomendas (Investimento) M Nacional	INE	VH	1,5	7,0	23,7	-3,7		-3,6	73,6	
Importações de Bens de Investimento	INE	VH	10,1	11,3	6,9	7,7				
Indicador de Confiança na Construção	INE	SRE-VE	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-38,7	-41,5	-36,0	-38,5
Vendas de Cimento	BP	VH	-8,9	-6,9	-4,0	-3,9		5,8	-1,1	
Venda de Viaturas Comerciais Ligeiras	ACAP	VH	-2,4	3,5	-1,3	40,2	-5,0	-19,9	31,2	-18,6
Venda de Viaturas Comerciais Pesadas	ACAP	VH	52,0	-33,3	-1,6	-4,7	-19,6	37,2	51,0	-55,5

Em relação ao **Comércio Externo** (Quadro 2.6), assinala-se um comportamento diferenciado nas componentes “mercadorias” e “serviços”. De acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal, as exportações de mercadorias cresceram 7,6% em Julho, em ligeira aceleração face ao 2º trimestre de 2007, tendo as importações de mercadorias registado uma ligeira subida (para 4,9%, após 4,8% no 2º trimestre). No que respeita à componente de serviços, as exportações aumentaram 18,6% e as importações cresceram 8,5% em termos homólogos. No conjunto, tanto as exportações de bens e serviços como as importações de bens e serviços aceleraram em Julho (11,1% e 5,4%, respectivamente), mas a dinâmica das exportações foi mais pronunciada. Estes dados sugerem a manutenção de um contributo positivo da procura externa líquida para o crescimento económico, sendo que esse contributo estará muito apoiado na componente de serviços.

**Quadro 2.6**
**Balança de Bens e Serviços e Indicadores Avançados de Procura Externa**

	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Jun-07	Jul-07	Ago-07	Set-07
<b>BENS</b>	BP	Tx cobertura	<b>67,8</b>	<b>68,3</b>	<b>72,6</b>	<b>68,8</b>		<b>71,9</b>	<b>73,3</b>		
Crédito (Exportações)	BP	VH	13,5	13,2	11,5	7,0		5,2	7,6		
Débito (Importações)	BP	VH	8,8	5,4	2,5	4,8		0,4	4,9		
<b>SERVIÇOS</b>	BP	Tx cobertura	<b>186,7</b>	<b>153,9</b>	<b>137,9</b>	<b>161,9</b>		<b>161,5</b>	<b>198,2</b>		
Crédito	BP	VH	15,0	15,1	16,1	15,0		11,5	18,6		
Débito	BP	VH	8,9	4,1	2,9	5,4		2,2	8,5		
<b>BENS E SERVIÇOS</b>	BP	Tx cobertura	<b>86,5</b>	<b>81,2</b>	<b>82,7</b>	<b>82,9</b>		<b>85,4</b>	<b>93,4</b>		
Crédito	BP	VH	13,6	12,7	11,9	9,8		6,9	11,1		
Débito	BP	VH	8,8	5,2	2,6	4,9		0,7	5,4		
Por memória:											
<b>Indicadores Avançados de Procura Externa</b>											
Volume de Negócios na Indústria - Mercado Externo	INE	VH	16,3	16,0	12,3	6,5		1,6	6,2	-1,0	
Novas Encomendas à Indústria - Mercado Externo	INE	VH	21,7	20,0	11,5	7,6		-3,4	2,7	9,4	
Inquérito à Ind. Transformadora - Procura Externa	INE	SRE-VE	-14	-11	-7	-2	-1	4	-1	-3	0

O Banco de Portugal, no Boletim Económico de Verão, manteve as estimativas de crescimento para a Economia Portuguesa em 2007 (1,8%). Esta projecção assenta numa diminuição das estimativas para o consumo privado e num aumento das estimativas para o investimento e exportações. O BP aponta ainda para um défice da balança corrente de 7,9% em 2007 (8,1% em 2008). Para 2008, o BP reviu em alta as previsões de 2,1% para 2,2%, esperando que o menor contributo da procura interna seja mais do que compensado pelo maior contributo das exportações líquidas.

No Quadro 1.14 apresenta-se um mapa com as **previsões** de crescimento para a Economia Portuguesa efectuadas por várias instituições.

**Quadro 2.7**
**Previsões para a Economia Portuguesa**

Crescimento real em percentagem:	2007					2008				
	OCDE	CE	FMI	PEC	BP	OCDE	CE	FMI	BP	PEC
	Maio-07	Maio-07	Abril-07	(2006-2010)	Jul-07	Maio-07	Maio-07	Abril-07	Jul-07	(2006-2010)
PIB	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	2,0	2,0	2,1	2,2	2,4
-Consumo privado	1,4	1,3	1,3*	1,3	1,4	1,8	1,5	-	1,4	2,0
-Consumo Público	-1,0	-0,1	-	-1,3	-0,1	-1,1	0,3	-	0,3	-1,5
-FBCF	0,8	0,4	2,4*	1,9	0,6	5,2	2,9	-	3,1	4,0
-Exportações Bens e Serviços <sup>(1)</sup>	6,3	6,8	4,9*	7,2	7,2	6,3	5,9	-	6,5	6,8
-Importações Bens e serviços <sup>(1)</sup>	3,0	3,6	3,5*	3,7	3,4	5,5	4,2	-	4,2	4,3
IHPC (t.v.) <sup>(2)</sup>	2,0	2,3	2,5	2,1	2,5	2,2	2,3	2,4	2,3	2,1
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,6	7,7	7,4	7,5	-	7,1	7,5	7,3	-	7,2
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,3	-3,5	-3,3	-3,7	-	-2,4	-3,2	-2,6	-	-2,6
Balança Corrente (% PIB) <sup>(3)</sup>	-8,8	-9,5	-9,1	-9,1	-7,9	-9,5	-9,0	-9,1	-8,1	-8,4

(1) No caso do FMI, Exportações e Importações de Bens

(2) No caso do PEC - Índice de Preços no Consumidor (IPC)

(3) No caso do Banco de Portugal, Balança Corrente + Balança de Capital

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril 2007 e \* Staff Report 2006, Article IV Consultation, Outubro de 2006; OCDE, Economic Outlook N°81,

Maio de 2007; CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts" - Spring 2007; BP- Boletim Económico, Verão de 2007;

PEC-Programa de Estabilidade e Crescimento 2006-2010, Dezembro de 2006

### 3. Dinâmica Sectorial

As **contas nacionais** publicadas pelo INE relativas ao 2º trimestre de 2007 (*Quadro 3.1a*) apontam para um crescimento homólogo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 1,7%, o que representa uma ligeira desaceleração em relação ao trimestre anterior (1,8%). Os sectores mais dinâmicos foram mais uma vez a Electricidade, Gás e Água e a Indústria embora esta última registasse uma ligeira desaceleração no 2º trimestre face ao trimestre anterior. Registaram-se apenas situações ligeiras de crescimento negativo, na Agricultura e na Construção, sendo que esta última registou uma melhoria significativa face à dinâmica verificada nos trimestres anteriores. Os sectores que mais contribuíram para o crescimento do VAB foram a Indústria, seguida do Comércio Restaurantes e Hotéis e dos Outros Serviços (*Quadro 3.1b*).

**Quadro 3.1a**

**Evolução real do VAB por sectores, preços constantes, variação homóloga (%)**

	peso, 2006 (%)	2005	2006	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	3,6	-8,1	8,4	9,4	11,5	9,4	3,5	-0,4
Electricidade, gás e água	2,8	1,3	4,7	3,1	5,9	5,2	3,7	4,4
Indústria	16,5	-1,7	1,5	-0,2	2,5	2,5	4,0	3,2
Construção	5,9	-3,3	-5,3	-6,7	-6,3	-6,1	-3,5	-0,8
Comércio, Restaurantes e Hotéis	17,0	1,8	1,7	1,5	2,7	2,0	2,7	2,3
Transportes e Comunicações	7,5	-0,6	0,7	0,5	0,8	1,9	1,8	2,6
Actividades Financeiras e Imobiliárias	15,3	1,3	3,0	1,7	2,6	4,0	1,7	1,2
Outros Serviços	31,3	1,0	0,6	0,5	0,8	0,9	1,0	1,2
<i>Por memória:</i>								
Valor Acrescentado Bruto (const)		0,0	1,3	0,6	1,7	1,9	1,8	1,7

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (base 2000) - Setembro 2006

**Quadro 3.1b**

**Contributos sectoriais para a Evolução real do VAB, preços constantes, variação homóloga (%)**

	Fonte	2005	2006	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	INE	-0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,1	0,0
Electricidade, gás e água	INE	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
Indústria	INE	-0,3	0,2	0,0	0,4	0,4	0,6	0,5
Construção	INE	-0,2	-0,3	-0,4	-0,4	-0,4	-0,2	-0,1
Comércio, Restaurantes e Hotéis	INE	0,3	0,3	0,3	0,5	0,3	0,5	0,4
Transportes e Comunicações	INE	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2
Actividades Financeiras e Imobiliárias	INE	0,2	0,5	0,3	0,4	0,6	0,3	0,2
Outros Serviços	INE	0,3	0,2	0,1	0,3	0,3	0,3	0,4
Valor Acrescentado Bruto Total	INE	0,0	1,3	0,6	1,7	1,9	1,8	1,7

Relativamente ao **Emprego**, verificou-se uma redução homóloga de -0,5% no 2º trimestre de 2007, com comportamentos diferenciados ao nível sectorial (*Quadro 3.2a*). Os sectores que mais contribuíram para esta redução foram a Indústria Transformadora e os Outros Serviços, tendo o sector das Actividades Financeiras e Imobiliárias contribuído de forma positiva para o emprego, reduzindo os efeitos negativos de outros sectores (*Quadro 3.2b*).

**Quadro 3.2a**

**Evolução do emprego por sectores, variação homóloga (%)**

	peso, 2006 (%)	2005	2006	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	11,7	-1,9	-0,4	1,7	0,2	-2,5	-0,2	-1,5
Electricidade, gás e água*	0,8	-4,1	-0,5	-0,5	-0,7	3,2	24,6	24,7
Indústria Transformadora	19,0	-3,4	1,2	0,4	3,3	2,4	-1,2	-2,4
Construção	10,7	1,1	-0,2	0,8	-2,4	-0,5	1,6	1,3
Comércio, Restaurantes e Hotéis	20,0	0,1	-1,7	-1,9	-1,3	-2,9	-0,2	-1,2
Transportes e Comunicações	4,6	3,0	8,5	10,5	8,0	10,1	1,8	-6,0
Actividades Financeiras e Imobiliárias	7,5	-2,6	1,5	0,2	7,0	3,6	7,7	8,8
Outros Serviços	25,6	3,4	1,7	2,1	0,6	-0,2	-2,0	-1,4
<i>Por memória:</i>								
Emprego - Total		0,0	0,7	1,0	1,1	0,2	0,2	-0,5

Fonte: INE - Estatísticas do emprego - 2º trimestre 2006

\*Inclui Indústria Extractiva

**Quadro 3.2b**
**Contributos sectoriais para a Evolução do emprego, variação homóloga (%)**

	Fonte	2005	2006	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	INE	-0,2	0,0	0,2	0,0	-0,3	0,0	-0,2
Electricidade, gás e água*	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2
Indústria Transformadora	INE	-0,7	0,2	0,1	0,6	0,4	-0,2	-0,4
Construção	INE	0,1	0,0	0,1	-0,3	-0,1	0,2	0,1
Comércio, Restaurantes e Hotéis	INE	0,0	-0,3	-0,4	-0,3	-0,6	0,0	-0,2
Transportes e Comunicações	INE	0,1	0,4	0,4	0,4	0,4	0,1	-0,3
Actividades Financeiras e Imobiliárias	INE	-0,2	0,1	0,0	0,5	0,3	0,6	0,7
Outros Serviços	INE	0,8	0,4	0,5	0,1	-0,1	-0,5	-0,4
<b>Emprego - Total</b>	<b>INE</b>	<b>0,0</b>	<b>0,7</b>	<b>1,0</b>	<b>1,1</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>-0,5</b>

\*Inclui Indústria Extractiva

No que respeita aos indicadores avançados para a **indústria** (Quadro 3.3), os Índices de Produção Industrial Total e para a Indústria Transformadora registaram em Julho uma aceleração face ao crescimento verificado em Junho, mas abrandaram em Agosto, apresentando em média nos dois meses taxas de crescimento ainda inferiores às registadas no conjunto do 2º trimestre. Também o Índice de Volume de Negócios na Indústria acelerou em Julho, e diminuiu em Agosto, com maior dinamismo na componente Mercado Nacional relativamente à componente Mercado Externo, situando-se em média nos dois meses ainda ligeiramente acima do 2º trimestre. O Índice de Novas Encomendas na Indústria, regista uma forte recuperação em Agosto face ao mês anterior e ao 2º trimestre, principalmente ditada pela componente “mercado interno”. O nível de confiança no sector, segundo o Eurostat, registou uma diminuição no 3º trimestre, situando-se em -2,7 (SRE-VE), valor inferior ao registado no trimestre anterior.

**Quadro 3.3**
**Indicadores Sectoriais para a Indústria**

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Jul-07	Ago-07	Set-07
Índice de Produção Industrial - Total (cdu, vcs)	INE	VH	3,6	4,2	4,3	1,6		2,0	0,7	
Índice Volume Negócios na Indústria	INE	VH	7,2	7,2	7,1	5,2		8,2	2,5	
Mercado Nacional	INE	VH	2,3	2,4	3,9	4,5		9,4	4,4	
Mercado Externo	INE	VH	16,3	16,0	12,3	6,5		6,2	-1,0	
Índice de Novas Encomendas na Indústria	INE	VH	10,2	10,1	12,5	3,7		1,0	16,1	
Mercado Nacional	INE	VH	2,0	3,5	13,3	0,7		-0,3	22,2	
Mercado Externo	INE	VH	21,7	20,0	11,5	7,6		2,7	9,4	
Indicador de Confiança na Indústria (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-7,3	-6,0	-2,3	-0,7	-2,7	-4,0	-3,0	-1,0
Índice de Emprego na Indústria	INE	VH	-2,7	-2,7	-1,9	-1,7		-1,7		
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora (cdu, vcs)	INE	VH	3,5	2,5	4,7	3,6		3,1	1,9	
Índice Volume Negócios na Indústria Transformadora	INE	VH	7,1	7,1	7,1	5,2		8,4	2,4	
Inquérito de Conjuntura à Indústria Transformadora										
Indicador de confiança na Indústria Transformadora	INE	SRE-VE	-5,7	-6,1	-2,0	-1,1	-1,9	-4,3	-1,7	0,3
Carteira de Encomendas Global (tendência)	INE	SRE-VE	-6,0	-4,0	0,0	-2,0				

Quanto aos Índices de Produção Industrial sectoriais, para Julho e Agosto de 2007, destacam-se pela positiva alguns dos subsectores que já se haviam evidenciado no 2º trimestre, a “Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas” e “Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica” (com 23,3%, e 15,3% VH, respectivamente). De assinalar, em Agosto de 2007, a evolução positiva do Índice de Produção Industrial (IPI) do subsector da Indústria Têxtil e em sentido inverso a evolução do IPI do subsector “Fabricação de Material de Transporte” relativamente ao 2º trimestre de 2007.

Quadro 3.4

Índice de Produção Industrial por subsecções<sup>1</sup>, variação homóloga

	2006	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	Jun-07	Jul-07	Ago-07
Índice de Produção Industrial (Total)	2,8	2,2	3,6	4,2	4,3	1,6	-0,2	2,0	0,7
<b>C- Indústrias extractivas</b>	<b>-9,9</b>	<b>-8,1</b>	<b>-12,1</b>	<b>-10,0</b>	<b>8,0</b>	<b>5,3</b>	<b>-5,3</b>	<b>7,0</b>	<b>14,8</b>
CB- Indústrias extractivas, com excepção da extração de produtos energéticos	-9,9	-8,1	-12,1	-10,0	8,0	5,3	-5,3	7,0	14,8
<b>D- Indústrias transformadoras</b>	<b>2,3</b>	<b>1,5</b>	<b>3,5</b>	<b>2,5</b>	<b>4,7</b>	<b>3,6</b>	<b>0,8</b>	<b>3,1</b>	<b>1,9</b>
DA- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	3,7	0,6	6,6	6,7	8,6	4,9	2,2	-1,1	-0,3
DB- Indústria têxtil	-4,3	-3,9	-3,2	-3,0	-0,5	-3,0	-2,5	-1,6	2,0
DC- Indústria do couro e dos produtos de couro	-8,7	-10,0	-7,9	-9,3	-5,4	-3,1	-1,9	-4,4	-10,8
DD- Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	3,2	-1,7	4,4	2,0	3,7	3,8	-1,9	13,0	-0,6
DE- Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	1,8	0,0	6,3	-0,4	1,7	-1,8	-6,6	-7,4	-3,9
DF- Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	2,7	6,2	0,4	-1,9	-9,3	-3,9	-10,9	-3,4	-9,7
DG- Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	1,6	2,7	1,9	-3,8	1,7	1,3	-2,2	0,2	-2,6
DH- Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	-0,1	-1,9	-3,5	1,5	11,7	11,5	8,0	14,5	23,3
DI- Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	-1,5	-2,8	-2,5	-2,5	-0,1	4,1	3,7	3,1	3,3
DJ- Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	5,7	7,3	2,0	4,2	0,8	0,8	-2,7	8,4	2,9
DK- Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.	-3,1	-2,4	-2,5	-7,0	-0,5	-1,4	-3,0	0,3	-6,9
DL- Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	18,3	22,7	21,2	16,7	18,2	16,4	10,4	12,1	15,3
DM- Fabricação de material de transporte	3,7	0,9	6,5	15,4	21,8	10,1	7,7	16,5	-2,8
DN- Indústrias transformadoras, n.e.	-6,7	-12,8	-2,3	-1,2	0,1	4,0	4,4	2,6	4,2
<b>E- Produção e distribuição de electricidade, gás e água</b>	<b>7,7</b>	<b>8,3</b>	<b>6,3</b>	<b>18,1</b>	<b>1,0</b>	<b>-11,5</b>	<b>-7,0</b>	<b>-5,2</b>	<b>-8,1</b>
EE- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	7,7	8,3	6,3	18,1	1,0	-11,5	-7,0	-5,2	-8,1

No sector da **Construção** (Quadro 3.5), a generalidade dos indicadores aponta para a manutenção da recuperação registada ao longo do primeiro semestre de 2007. De acordo com o Banco de Portugal, as vendas de cimento registaram um decréscimo em Agosto (-1,1%). De acordo com o INE, no 3º trimestre de 2007 continuaram a recuperar os níveis de confiança, -38,7, (SRE-VE), face à média do 2º trimestre (-40,7, SRE-VE).

Quadro 3.5

Indicadores sectoriais para a Construção

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Jul-07	Ago-07	Set-07
Índice de produção na construção e obras públicas	INE	VH/VM3M	-7,9	-7,2	-6,8	-4,7		-3,7		
Vendas de cimento (1)	BP	VH	-8,9	-6,9	-4,0	-3,9		5,8	-1,1	
Licenciamento de obras	INE	VH	-8,0	-9,8	-11,4	-9,6		2,8		
Índice de Novas Encomendas na Construção e Obras Públicas	INE	VH	4,3	4,9	-14,3	-23,3		:	:	:
Indicador de Confiança na Construção (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-34,0	-40,3	-39,0	-38,3		-35,0	-35,0	
Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas	INE	SRE-VE	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-38,7	-41,5	-36,0	-38,5
Indicador de confiança da Construção e Obras Públicas	INE	SRE-VE	-65,7	-67,3	-65,7	-60,0	-58,0	-62,0	-56,0	-56,0
Carteira de Encomendas (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-29,7	-30,0	-22,0	-21,3	-19,3	-21,0	-16,0	-21,0
Perspectiva de Emprego - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-25,3	-28,0	-25,3	-22,3	-24,3	-24,0	-24,0	-25,0
Apreciação da actividade nos últimos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-22,3	-20,0	-18,3	-17,7	-18,3	-20,0	-19,0	-16,0
Índice de Emprego na Construção e Obras Públicas	INE	VH	-6,8	-6,1	-5,6	-4,1		-2,7		

(1) Vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno excluindo importações de cimento.

Relativamente ao sector dos **Serviços** (Quadro 3.6), o Volume de Vendas (no 3º trimestre de 2007) e o Índice de Volume de Negócios (Julho) registam melhorias significativas face aos níveis registados no 2º trimestre, sugerindo um maior dinamismo da procura interna. Os indicadores de confiança do INE e os do Eurostat evidenciam uma recuperação dos níveis de confiança no 3º trimestre quando comparados com o trimestre anterior.

No sector do **Comércio**, há a registar uma melhoria do Indicador de Volume de Vendas no 3º trimestre de 2007, 0,7 SRE-VE, face ao trimestre anterior (-3,7 SRE-VE). Essa melhoria foi extensível às duas componentes, Comércio a Retalho e Comércio por Grosso. Também o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma aceleração nos meses de Julho e Agosto, apresentando, neste último mês, o valor mais alto dos últimos 5 meses, 1,6 M3M, que compara com 0,1 M3M no 2º trimestre de 2007. No

<sup>1</sup> Corrigidos de dias úteis e sazonalidade.

entanto, o Indicador de Confiança no sector registou uma deterioração no 3º trimestre, resultante da quebra das perspectivas de actividade para os próximos 3 meses.

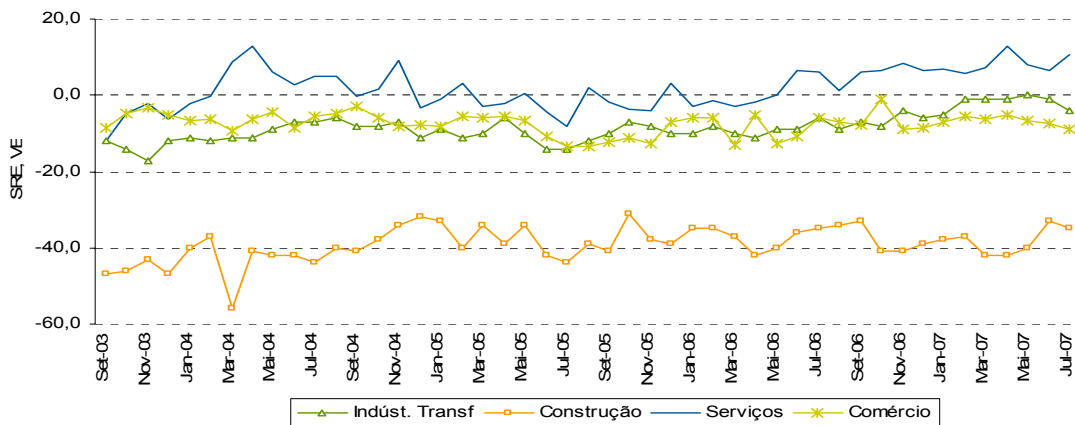
**Quadro 3.6**  
**Indicadores Sectoriais para os Serviços e Comércio**

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Jul-07	Ago-07	Set-07
Índice de volume de negócios nos Serviços	INE	VH, M3M	2,9	0,2	3,7	4,0		4,3		
Volume de vendas - tendência actual (vcs)	INE	SRE-VE	7,7	8,0	6,3	5,3	8,7	12,0	7,0	7,0
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	Eurostat	SRE-VE	11,7	12,7	17,7	21,0	22,0	24,0	21,0	21,0
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	INE	SRE-VE	4,5	7,2	6,6	9,2	9,4	10,5	6,6	11,1
Carteira de encomendas - últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	2,7	5,7	9,7	10,0	9,3	9,0	8,0	11,0
Actividade da empresa - últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	-3,7	-1,3	-1,0	4,7	2,0	2,0	-2,0	6,0
Perspectivas da procura-próximos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	14,3	17,3	11,3	12,7	16,3	20,0	13,0	16,0
Índice de Emprego nos Serviços	INE	VH	-0,8	-1,0	0,0	-0,4		-0,8		
Volume de Vendas no Comércio (últimos 3 meses)	INE	SRE-VE	-10,7	-4,0	-9,7	-3,7	0,7	1,0	6,0	-5,0
Indicador de confiança no Comércio	INE	SRE-VE	-6,8	-6,3	-6,3	-6,5	-7,4	-8,8	-7,1	-6,4
Perspectivas de actividade (próximos 3 meses)	INE	SRE-VE	3,3	5,3	6,3	7,0	0,3	-2,0	1,0	2,0
Nível de existências	INE	SRE-VE	5,3	4,3	5,3	6,7	6,0	7,0	7,0	4,0
Índice Volume Negócios no Comércio a Retalho (1)	INE	VH, M3M	3,4	1,2	1,7	0,1		0,7	1,6	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho (2)	INE	SRE-VE	-15,3	-6,3	-13,3	-6,0	-1,7	5,0	4,0	-14,0
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-0,7	3,3	4,0	6,3	7,0	7,0	7,0	7,0
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-14,3	-12,8	-12,2	-12,6	-13,6	-15,1	-13,4	-12,2
Índice de Emprego no Comércio a Retalho	INE	VH	0,6	0,0	0,4	1,3		1,7	2,1	
Bens alimentares	INE	VH	0,0	0,3	1,3	4,6		5,9	6,0	
Bens não alimentares	INE	VH	1,0	-0,1	-0,2	-0,7		-1,0	-0,5	
Volume de Vendas no Comércio por Grosso - últimos 3 meses	INE	SRE-VE	-6,7	-2,7	-6,7	-2,3	2,0	-3,0	7,0	2,0
Encomendas a fornecedores - próximos 3 meses	INE	SRE-VE	0,0	-9,3	-7,3	-7,0	-6,3	-7,0	-9,0	-3,0
Indicador de Confiança no Comércio por Grosso	INE	SRE-VE	-0,8	-1,0	-1,5	-1,4	-2,5	-3,7	-2,0	-1,7

(1) Valor deflacionado e corrigido de sazonalidade e dias úteis  
(2) Valor corrigido de sazonalidade e dias úteis

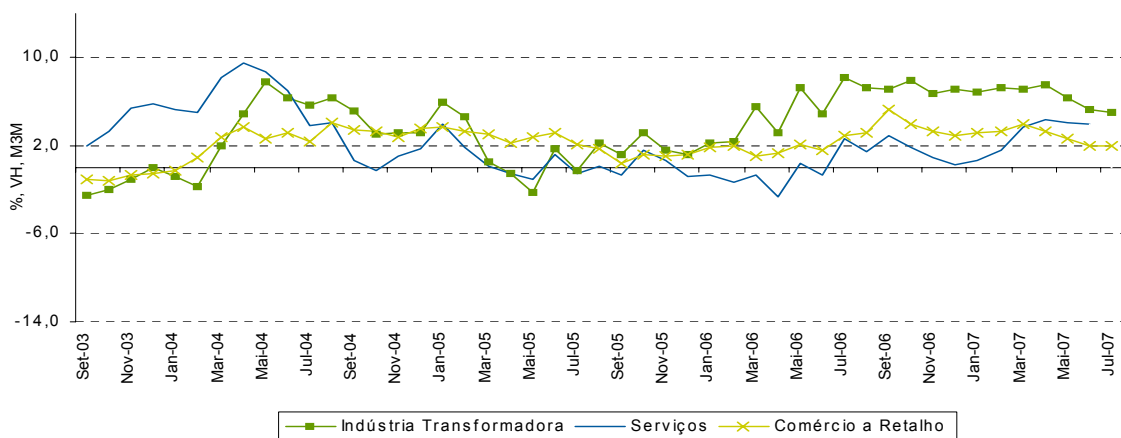
**Figura 3.1**

**Indicadores de Confiança**



**Figura 3.2**

**Índice de Volume de Negócios**



#### 4. Em Análise: Desemprego e colocações por região e por sector de actividade no primeiro semestre de 2007<sup>2</sup>

Nesta secção analisa-se a dinâmica do desemprego e das colocações no mercado de trabalho durante o primeiro semestre de 2007, por região e por sector de actividade. Para o efeito, utilizam-se dados das Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). A dinâmica do desemprego é medida pela média mensal de novos desempregados<sup>3</sup> registados nos Centros de Emprego, ao longo do semestre. As colocações são medidas pela média mensal das ofertas de emprego satisfeitas por candidatos apresentados pelos Centros de Emprego durante o período considerado. Há que ter em conta que os desempregados são referenciados ao sector de origem e que as colocações se referem ao sector de destino.

Para uma interpretação correcta dos dados é importante distinguir entre “novo desemprego” e “pedidos de emprego”. Nesta última categoria, estão também incluídos os trabalhadores empregados (que têm um emprego mas que o pretendem abandonar), os trabalhadores ocupados (em programas especiais de emprego) e os trabalhadores indisponíveis temporariamente (desempregados ou empregados que não reúnem condições imediatas para o trabalho, por motivos de saúde). O novo desemprego registado representa cerca de 85% do total dos novos pedidos de emprego.

Os dados do Quadro 4.1 revelam que o número médio de novos desempregados em Portugal diminuiu entre o primeiro semestre de 2007 e o período homólogo do ano anterior, em todos os sectores. Revelam também uma grande assimetria regional na dinâmica do desemprego e das colocações, em todas as actividades económicas

No sector agrícola (que registou uma diminuição homóloga, a nível nacional, de 3,1%) registaram-se aumentos significativos do novo desemprego na Madeira (62,9%) e nos Açores (7,2%) e reduções também significativas, nomeadamente na região de Lisboa (-14,4%) e do Algarve (-7,6%).

**Quadro 4.1**

#### Médias mensais dos novos desempregados e das colocações e respectiva taxa de variação homóloga por região e por sector de actividade no 1º semestre de 2007

	Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca				Indústria, energia e água, e construção				Serviços			
	Novos desempregados		Colocações		Novos desempregados		Colocações		Novos desempregados		Colocações	
	Nº	TVH (%)	Nº	TVH (%)	Nº	TVH (%)	Nº	TVH (%)	Nº	TVH (%)	Nº	TVH (%)
<b>Portugal</b>	<b>1 997</b>	-3,1	<b>164</b>	-6,8	<b>11 511</b>	-11,2	<b>1 697</b>	1,0	<b>25 259</b>	-1,6	<b>3 305</b>	-1,5
Norte	461	-1,5	11	40,0	5 068	-12,9	686	-3,3	7 722	3,2	663	-6,4
Centro	264	0,2	38	-41,3	2 281	-11,1	524	8,0	3 669	-1,3	967	3,3
Lisboa	362	-14,4	31	-0,5	2 808	-13,6	320	-0,4	9 905	-6,0	910	-5,3
Alentejo	805	-0,2	65	1,3	570	-6,7	47	34,1	1 353	-1,2	137	1,4
Algarve	67	-7,6	14	186,7	350	-8,5	74	15,9	1 660	0,4	426	-1,0
Açores	12	7,2	2	-35,7	148	8,2	20	-57,3	329	9,2	53	-6,2
Madeira	26	62,9	3	1700,0	286	36,8	28	31,5	620	2,4	149	17,9

Fonte IEFP

Nota: Colocações - ofertas de emprego satisfeitas pelos candidatos apresentados pelos Centros de Emprego; Novos desempregados - novos pedidos de emprego por parte de indivíduos que não têm emprego e estão imediatamente disponíveis para trabalhar.

<sup>2</sup> Por Eduarda Cardoso (GEE). O texto é da responsabilidade da autora e não coincide necessariamente com a posição do Ministério da Economia e da Inovação.

<sup>3</sup> Excluem-se os indivíduos à procura do primeiro emprego.

No sector da Indústria, Energia e Águas e Construção, onde a redução homóloga do número médio de novos desempregados foi de 11,2%, as regiões dos Açores e da Madeira registaram variações homólogas positivas (8,2% e 36,8%, respectivamente) enquanto as outras regiões registaram reduções homólogas no número médio de novos desempregados.

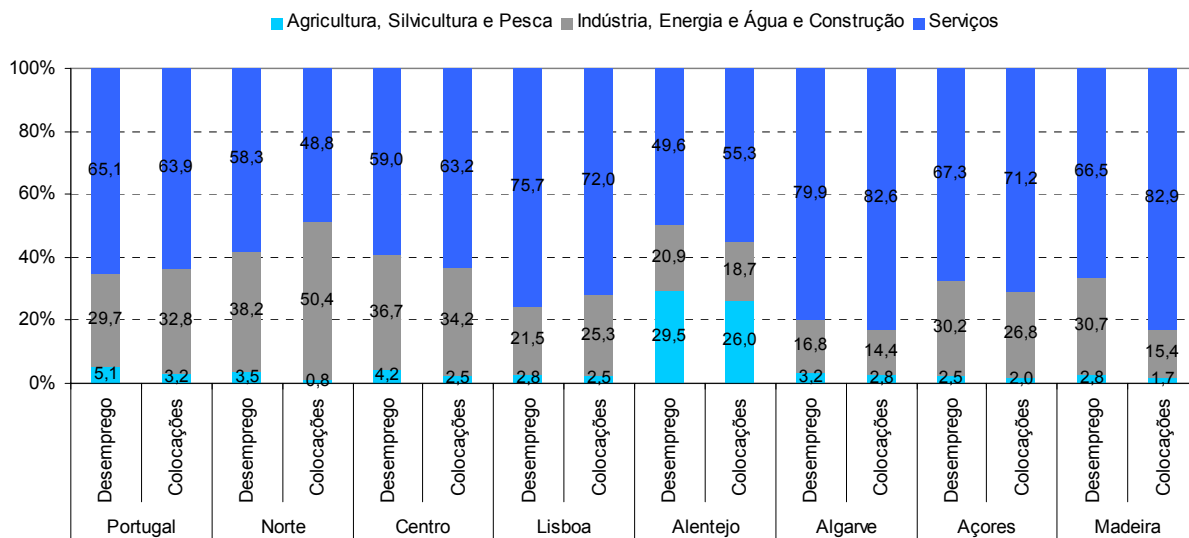
No que diz respeito ao sector dos Serviços, em que a média mensal de novos desempregados diminuiu 1,6%, a redução mais significativa foi na região de Lisboa (-6,0%), tendo sido registados aumentos na região Norte (3,2%) e nos Açores (9,2%).

Os dados relativos ao número de colocações revelam, ao nível do país, diminuições homólogas nos sectores da Agricultura (-6,8%) e dos Serviços (-1,5%) e aumentos homólogos no sector da Indústria (1,0%). A nível regional, os dados revelam também uma grande disparidade, com destaque para as regiões Açores (onde diminuíram significativamente as colocações em todos os sectores) e Madeira (que registou aumentos significativos também em todos os sectores).

A Figura 4.1 descreve, para cada região, a estrutura sectorial do novo desemprego registado e a estrutura sectorial das colocações, durante o primeiro semestre de 2007. Tanto no conjunto do país como na maioria das regiões, não há diferenças significativas entre as duas estruturas. Há, no entanto, duas excepções, nomeadamente a região Norte, onde 50,4% das colocações ocorreram no sector da Indústria, o que compara com uma proporção de 38,2% nos novos desempregados daquele sector e a região da Madeira, que registou um nível de colocações no sector dos Serviços (82,9%) proporcionalmente superior ao peso do sector na estrutura do novo desemprego (66,5%).

Figura 4.1

**Estrutura do novo desemprego e das colocações por região e por sector de actividade no 1º semestre de 2007**



Fonte: GEE com base em dados do IEFP

O Quadro 4.2. descreve as colocações médias registadas durante o primeiro semestre de 2007 por região e por sector de actividade, em número e em percentagem do número médio de novos desempregados (“taxa de cobertura”).

No total do país e das actividades económicas, as colocações verificadas durante o primeiro semestre de 2007 representaram 13,3% do novo desemprego, o que compara com 11,8% no ano de 2006 (este aumento da taxa de cobertura verificou-se em todas as regiões com a excepção dos Açores e da

Madeira)<sup>4</sup>. A taxa de cobertura revelou uma razoável coincidência a nível das actividades económicas e grandes disparidades a nível regional.

As regiões que registaram maiores taxas de cobertura do novo desemprego pelas colocações foram a região Centro (24,6%), o Algarve (24,8%), os Açores (15,1%) e a Madeira (19,3%). No sector agrícola, a taxa de cobertura nacional foi de 8,2%. A nível regional, apenas o Norte e o Alentejo registaram taxas inferiores (2,3% e 8,0%, respectivamente). No sector da Indústria, a taxa de cobertura no total do país foi de 14,7%, o que compara com taxas superiores no Centro (23,0%) e no Algarve (21,2%). A maior taxa de cobertura por subsector verificou-se na Indústria Metalúrgica de base e fabrico de Máquinas e Equipamentos (27,0%) e na Indústria da Madeira e da Cortiça (20,8%).

No sector dos Serviços, as taxas de cobertura do novo desemprego pelas colocações acima da média nacional (13,1%) verificaram-se nas regiões do Centro (26,4%), do Algarve (25,6%), dos Açores (16,0%) e da Madeira (24,1%). Relativamente aos subsectores, as maiores taxas de cobertura verificaram-se no subsector do Comércio e Manutenção de Automóveis (18,3%), dos Hotéis e Restaurantes (17,6%) e do Comércio por Grosso e a Retalho (15,9%),

---

<sup>4</sup> Ver «Desemprego e colocações por região e por sector de actividade em 2006», Boletim Mensal de Actividade Económica, Abril de 2007, GEE.

Quadro 4.2

Média mensal das colocações<sup>(1)</sup> e taxa de cobertura<sup>(2)</sup> (colocações / desemprego em %) por região e sector de actividade no 1º semestre de 2007

Actividade Económica	Portugal		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Açores		Madeira	
	Colocações	Colocações / Desemprego (%)	Colocações	Colocações / Desemprego (%)	Colocações	Colocações / Desemprego (%)	Colocações	Colocações / Desemprego (%)	Colocações	Colocações / Desemprego (%)	Colocações	Colocações / Desemprego (%)	Colocações	Colocações / Desemprego (%)	Colocações	Colocações / Desemprego (%)
<b>Total</b>	<b>5 174</b>	<b>13,3</b>	<b>1 360</b>	<b>10,3</b>	<b>1 531</b>	<b>24,6</b>	<b>1 264</b>	<b>9,7</b>	<b>249</b>	<b>9,1</b>	<b>515</b>	<b>24,8</b>	<b>74</b>	<b>15,1</b>	<b>180</b>	<b>19,3</b>
<b>Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca</b>	<b>164</b>	<b>8,2</b>	<b>11</b>	<b>2,3</b>	<b>38</b>	<b>14,5</b>	<b>31</b>	<b>8,6</b>	<b>65</b>	<b>8,0</b>	<b>14</b>	<b>21,4</b>	<b>2</b>	<b>12,2</b>	<b>3</b>	<b>11,4</b>
<b>Indústria, energia e água e construção</b>	<b>1 697</b>	<b>14,7</b>	<b>686</b>	<b>13,5</b>	<b>524</b>	<b>23,0</b>	<b>320</b>	<b>11,4</b>	<b>47</b>	<b>8,2</b>	<b>74</b>	<b>21,2</b>	<b>20</b>	<b>13,4</b>	<b>28</b>	<b>9,7</b>
Indústrias extractivas	10	13,2	3	13,4	4	20,4	1	7,8	1	6,2	0	22,2	0	0,0	0	22,2
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	202	18,1	39	13,0	73	31,9	57	15,8	13	12,9	8	23,6	7	10,8	5	18,7
Fabricação de têxteis	63	9,5	45	9,2	16	11,1	2	5,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	45,5
Indústria do vestuário	259	19,8	203	19,9	43	21,1	12	18,1	0	2,0	1	21,1	0	0,0	0	0,0
Indústria do couro e de produtos do couro	73	16,6	68	18,1	2	5,6	3	10,7	0	0,0	0	-	0	0,0	0	-
Indústria da madeira e da cortiça	63	20,8	19	14,3	29	34,1	11	17,5	1	6,9	2	47,4	0	28,6	1	27,3
Indústrias do papel, edição e impressão	32	9,6	9	7,1	7	14,0	16	10,3	0	2,7	1	13,0	1	37,5	0	7,7
Fab. produtos petrol., químicos, borracha e plástico	47	14,1	9	9,0	19	20,4	14	11,5	4	25,0	1	26,7	0	50,0	0	14,3
Fabrico de outros minerais não metálicos	75	19,0	9	14,8	43	21,7	19	16,2	2	20,3	1	22,2	0	50,0	0	7,7
Indúst. metal. base e fabrico de maq. e equip. n. e.	195	27,0	58	21,3	79	37,1	45	23,3	6	25,6	2	25,5	1	30,4	3	38,5
Fabrico de máquinas electrónicas e eléctricas	25	5,3	5	1,9	13	13,2	5	6,6	1	2,4	1	53,3	0	-	0	0,0
Fabrico de material de transporte	59	14,5	31	17,8	19	26,7	8	5,6	1	2,8	1	15,4	0	0,0	0	66,7
Fab. mobiliário, reciclagem, ind.transformadora n.e.	60	13,2	23	9,1	24	22,2	12	15,2	1	5,0	1	16,0	0	0,0	0	12,5
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	7	13,4	1	8,9	2	16,4	1	5,2	0	8,0	2	92,9	0	0,0	1	60,0
Construção	528	11,9	165	11,1	151	20,9	115	8,5	18	5,8	54	19,8	10	14,1	15	6,7
<b>Serviços</b>	<b>3 305</b>	<b>13,1</b>	<b>663</b>	<b>8,6</b>	<b>967</b>	<b>26,4</b>	<b>910</b>	<b>9,2</b>	<b>137</b>	<b>10,1</b>	<b>426</b>	<b>25,6</b>	<b>53</b>	<b>16,0</b>	<b>149</b>	<b>24,1</b>
Comércio e manutenção de automóveis e de comb.	123	18,3	34	14,3	42	31,2	31	14,2	5	16,7	5	18,9	1	12,2	5	31,3
Comércio por grosso e a retalho	871	15,9	216	12,2	280	32,0	245	13,0	29	10,8	66	16,6	14	15,9	22	12,4
Hotéis e restaurantes	844	17,6	134	10,1	194	25,2	175	12,3	36	12,9	229	31,7	16	23,4	60	29,9
Transportes e actividades conexas	87	13,3	15	8,1	20	19,7	28	9,8	1	6,3	16	49,2	4	37,5	3	16,8
Correios e telecomunicações	50	14,8	6	6,7	13	23,3	20	13,6	2	9,9	4	31,6	2	71,4	4	60,0
Intermediação financeira e seguros	8	5,3	3	5,3	2	8,7	3	4,5	0	0,0	1	5,7	0	9,1	0	0,0
Act. imob., invest. e desenv.,serv. prest. a empresas	738	12,1	140	8,4	230	34,3	235	7,1	35	16,0	63	46,1	4	15,8	32	42,4
Admin. pública, educação, saúde e acção social	282	8,8	51	4,8	94	15,1	81	8,5	21	6,6	17	14,0	6	7,9	11	35,5
Outras actividades de serviços	302	7,8	64	5,0	93	22,3	91	5,7	9	4,4	25	12,5	6	12,8	14	13,8
Sem classificação	8	67,1	1	25,0	2	70,6	4	88,5	0	0,0	1	350,0 *	0	-	0	-

Notas:

<sup>(1)</sup> Colocações: número de indivíduos que conseguiram emprego através dos Centros de Emprego

<sup>(2)</sup> Taxa de cobertura: colocações a dividirem pelo novo desemprego registado.

“-”: Situações onde o desemprego registado é zero.

“\*”: Taxas de cobertura  $\geq 100\%$  significam: a) uma redução do stock de desemprego no sector (o acréscimo de colocações é superior ao acréscimo de desempregados); b) são colocadas pessoas que não estavam classificadas no IEFP como desempregadas embora fossem incluídas na categoria “pedidos de emprego”; c) diferenças na classificação utilizada pelo IEFP quanto à categoria “desempregados” (classificados por sector de origem) e “colocações” (classificadas por sector de destino).

Fonte: GEE com base em dados do IEFP.

## 5. Em Análise: Caracterização económica do distrito de Leiria<sup>1</sup>

Em 2004, o distrito de Leiria representava 4,5% da população Nacional (Fonte: INE). Segundo os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MQ-MTSS), em 2005 o distrito de Leiria foi responsável por 3,7% do volume de vendas nacional, empregou 4,8% dos trabalhadores e foi sede de 5,9% das empresas (Figura 5.1).<sup>2</sup> O desemprego registado nos centros de emprego em Julho de 2007 representou 3,4% do total nacional (Fonte: IEFP).

**Quadro 5.1- O distrito de Leiria no contexto nacional**

	Distrito de Leiria					Peso do distrito de Leiria no total nacional (%)				
	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005
Volume de vendas*	71.299	72.106	84.853	78.429	78.405	3,3	2,7	3,9	3,8	3,7
Taxa de Variação (%)	-	1,1	17,7	-7,6	0,0	-	-22,8	20,1	19,7	-2,8
Nº de trabalhadores	133.880	133.323	136.555	139.481	145.946	4,7	4,7	4,8	4,8	4,8
Taxa de Variação (%)	-	-0,4	2,4	2,1	4,6	-	1,4	2,1	1,6	4,2
Nº de empresas	16.604	17.888	18.385	18.775	20.172	5,8	6,0	6,0	6,0	5,9
Taxa de Variação (%)	-	7,7	2,8	2,1	7,4	-	2,1	0,5	0,0	-1,3

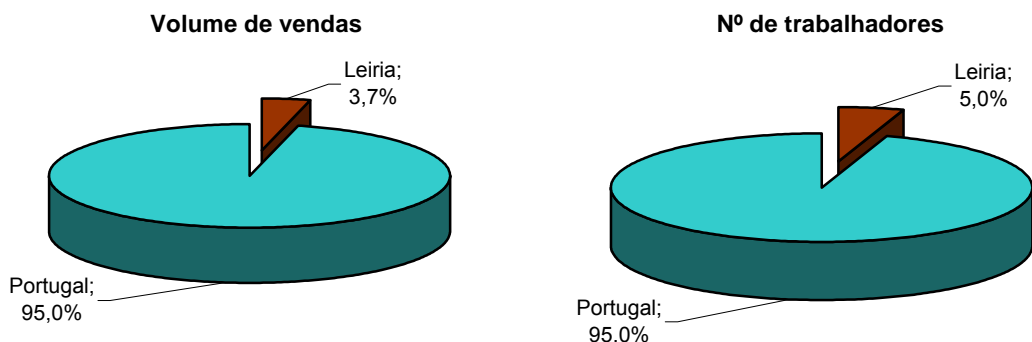
\* milhares de euros, preços de 1995

Fonte: GEE, com base nos Quadros de Pessoal, MTSS

*Por memória:* em 2004 o Distrito de Leiria representava 4,5% da população nacional (Fonte INE); em Julho de 2007, o distrito era responsável por 3,4% do desemprego registado nos centros de emprego.

Ao longo da última década verificou-se no distrito de Leiria uma diminuição do peso da indústria transformadora e um aumento do peso dos serviços no total dos trabalhadores. Esta tendência de terciarização foi mais acentuada ao nível distrital do que no conjunto da economia portuguesa: em 1995, a indústria transformadora representava 54% dos trabalhadores do distrito (38% ao nível nacional), caindo este valor para 33% em 2005 (25% no país). O sector que mais cresceu neste contexto foi o da Construção, cujo peso passou de 10% em 1995 para 17% em 2005 (de 10% para 13% em Portugal) (Figura 5.2).<sup>3</sup>

**Figura 5.1**  
**Peso do distrito de Leiria no contexto nacional**



<sup>1</sup> Por Ricardo Paes Mamede (GEE). O texto é da responsabilidade do autor e não coincide necessariamente com a posição do Ministério da Economia e da Inovação.

<sup>2</sup> Estes valores mantiveram-se relativamente estáveis desde o início da década, verificando-se apenas um ligeiro aumento do peso do distrito no indicador de volume de vendas.

<sup>3</sup> Note-se que estes dados podem estar influenciados pela crescente formalização das relações laborais em sectores onde a informalidade tradicionalmente predomina (como é o caso da construção), já que os dados dos QP-MTSS referem-se aos trabalhadores declarados pelas empresas que os empregam.

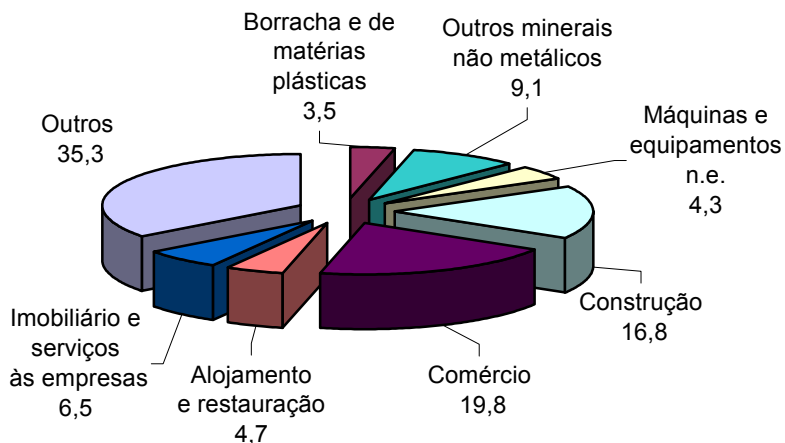
A redução do peso da indústria transformadora em número de trabalhadores afectou todos os sectores industriais sem excepção. Ainda assim, o distrito de Leiria manteve elevados índices de especialização em três grupos de sectores de actividade:

- Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas;
- Fabricação de outros produtos minerais não metálicos ;
- Fabricação de máquinas e de equipamentos não especificados.

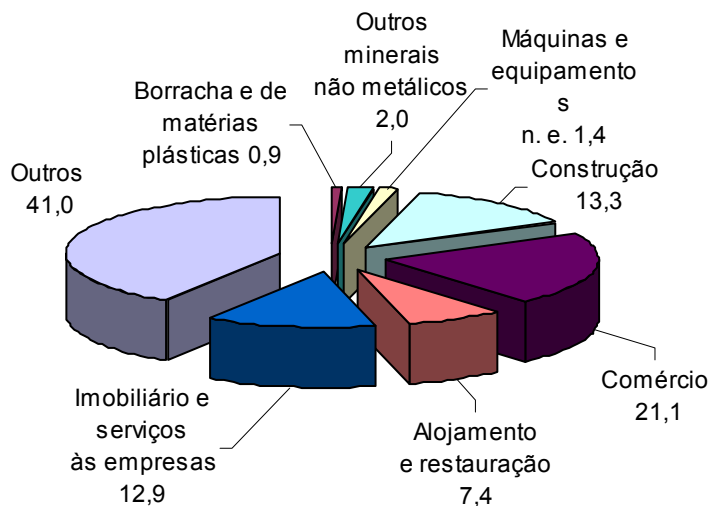
O peso de cada um destes sectores no distrito de Leiria é cerca de 3 a 5 vezes superior ao seu peso a nível nacional, sendo este distrito a sede de cerca de 1/5 dos trabalhadores destes sectores em Portugal.

**Figura 5.2**  
**Composição sectorial no distrito de Leiria em 2005 (% de trabalhadores por sector)**

**Leiria**



**Portugal**

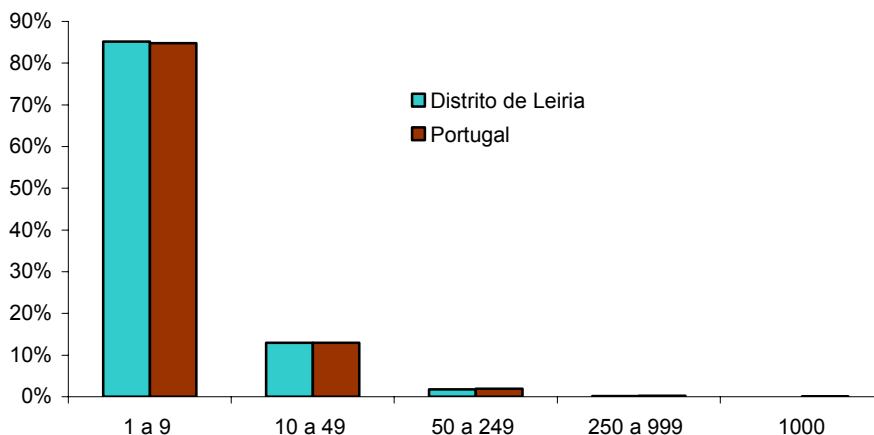


Fonte: GEE, com base nos Quadros de Pessoal, MTSS

É de realçar o caso dos sectores de “Outros minerais não metálicos” (onde são preponderantes as indústrias da cerâmica e do vidro), que apesar de ter perdido mais de metade do seu peso em número de trabalhadores entre 1995 e 2005 (de 18,6% para 9,1%), viu a sua importância relativa em termos de volume de vendas aumentar de 9,1% para 12,1%.

No que respeita à dimensão das empresas, a estrutura empresarial do distrito de Leiria apresenta grandes semelhanças com o total do país – ver Figura 5.3. As empresas com menos de 10 trabalhadores são responsáveis por 85% do trabalho assalariado, enquanto as empresas com 50 ou mais trabalhadores empregam menos de 2% do total dos trabalhadores do Distrito. Mais de 50% das empresas deste grupo de maiores dimensões pertencem aos três sectores atrás referidos como sectores de especialização do Distrito (“Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas”, “Fabricação de outros produtos minerais não metálicos” e “Fabricação de máquinas e de equipamentos não especificados”), ao comércio ou à construção.

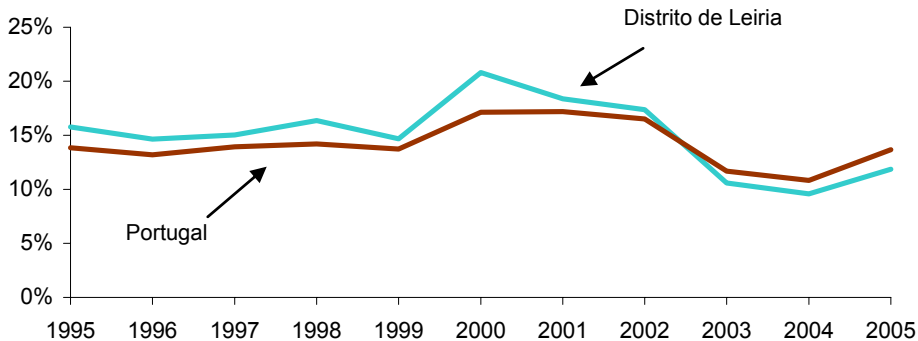
**Figura 5.3**  
**Percentagem de empresas por classe de dimensão**



Fonte: GEE, com base nos Quadros de Pessoal, MTSS

A Figura 5.4 apresenta as taxas de entrada, definidas como o rácio de novas empresas pelo número de empresas em actividade em cada ano. A taxa de entrada no distrito de Leiria foi superior à média nacional até 2002, tendo atingido um máximo de 21% no ano 2000. O ritmo de criação de novas empresas diminuiu a partir daí, passando a ser inferior à média nacional desde 2003. Ainda assim, as empresas criadas em 2005 representavam 12% das empresas existentes no Distrito. Entre os sectores com uma taxa de entrada acima da média do Distrito desde o início da década destacam-se: actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; construção; transportes, armazenagem e comunicações e o alojamento e restauração (de resto, estes foram sectores onde a taxa de criação de novas empresas foi mais elevada para o conjunto do país).

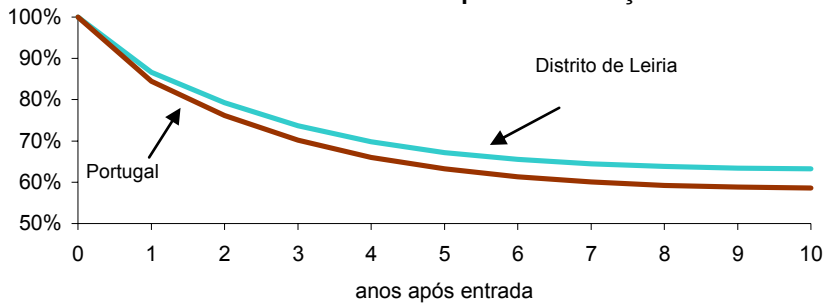
**Figura 5.4**  
**Percentagem de novas empresas no total de empresas existentes**



Fonte: GEE, com base nos Quadros de Pessoal, MTSS

A figura 5.5 apresenta as taxas de sobrevivência, definidas como a percentagem de empresas que se mantêm em actividade ao fim de cada ano após a sua criação. A taxa de sobrevivência das empresas do distrito de Leiria revelou-se sistematicamente superior à da média nacional. De acordo com os dados dos QP-MTSS, 79% das novas empresas mantinha-se em actividade dois anos após a sua criação (76% para o conjunto do país), 67% ao fim de 5 anos (63% para o conjunto do país) e 63% ao fim de 10 anos (59% para o conjunto do país).

**Figura 5.5**  
**Percentagem de empresas em actividade**  
**em cada ano após a sua criação**



Fonte: GEE, com base nos Quadros de Pessoal, MTSS

## 6. Competitividade: World Investment Prospects to 2011

O *Economist Intelligence Unit (EIU)* em cooperação com o *Columbia Program on International Investment*, divulgou em Setembro de 2007 o relatório *World Investment Prospects (WIP) to 2011*, cuja primeira edição foi publicada em 2006 (*WIP to 2010*).

O *WIP to 2011* centra a sua análise numa previsão da evolução dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) para o período de 2007-2011 num conjunto de 82 países, baseando-se para tal em dados históricos para o período 2002-2006 e em previsões para 2007-2011

Os dados históricos são utilizados para estimar o impacto esperado de um conjunto diverso de variáveis sobre os fluxos de IDE. Os parâmetros assim obtidos, juntamente com as previsões existentes para os valores das variáveis explicativas, são posteriormente utilizados para estimar os fluxos líquidos de IDE em cada país no período 2007-2011, dando origem a um **ranking de entradas líquidas de IDE**.

Entre os factores determinantes dos fluxos de IDE, para além de um conjunto de variáveis de natureza macroeconómica, inclui-se um **indicador composto de ambiente de negócios**. Este indicador resulta da combinação de 10 categorias de variáveis, que cobrem os seguintes domínios: ambiente político e macroeconómico, oportunidades de negócio, políticas orientadas para as empresas e concorrência e para o estímulo ao investimento estrangeiro, controlo do comércio externo, regimes fiscal e de financiamento, mercado de trabalho e infra-estruturas. Cada categoria é composta por um número variado de indicadores, num total global de 91 indicadores individuais.

Para efeitos de quantificação, cada um dos 91 indicadores é ordenado numa escala de 1 (muito mau para o negócio/empresa) até 5 (muito bom para o negócio/empresa). As pontuações das diferentes categorias são obtidas com base em médias ponderadas (ver ponderação de cada indicador no Quadro 6.1). O peso de cada categoria para o indicador composto é idêntico. Estas pontuações são ajustadas, através de uma transformação linear, resultando em valores numa escala de 1 a 10; seguidamente é calculada uma média aritmética destes valores das 10 categorias, obtendo-se a pontuação do ambiente de negócios agregado para cada país (também numa escala de 1 a 10), dando assim origem a um **ranking de países para cada categoria**, bem como um **ranking geral de ambiente de negócios**.

Para o período de 2002-2006, cerca de metade dos indicadores baseiam-se em dados quantitativos e os restantes são de natureza qualitativa. Estes dados são retirados essencialmente de fontes estatísticas nacionais e internacionais e de questionários às empresas. Os valores para o período 2007-2011 baseiam-se em previsões elaboradas pelo EIU.

A análise aqui realizada incide num grupo seleccionado de países que corresponde aos 10 primeiros países classificados em cada um dos *rankings* atrás referidos e os restantes países da UE 27<sup>4</sup> e o Japão (Quadros 6.2 e 6.4). Especificamente para Portugal e complementando a informação do *ranking* das entradas líquidas de IDE é apresentado no Quadro 6.3 uma série de indicadores de IDE para o período 2002-2011.

---

<sup>4</sup> Não inclui Malta e Luxemburgo

**Quadro 6.1**
**Composição das categorias do ranking do ambiente de negócios**

Categorias	Indicadores	Peso
Ambiente Político	1. Risco de conflito armado	0,08
	2. Risco de agitação social	0,08
	3. Mecanismos constitucionais para a transferência ordeira de poder	0,08
	4. Governo e oposição	0,08
	5. Ameaça de violência por motivação política	0,08
	6. Tensões ou disputas internacionais	0,08
	7. Políticas governamentais para os negócios	0,08
	8. Eficácia do sistema político na formulação e execução de políticas	0,08
	9. Qualidade da burocracia	0,08
	10. Transparência e imparcialidade do sistema legal	0,08
	11. Eficiência do sistema legal	0,08
	12. Corrupção	0,08
	13. Impacto da criminalidade	0,08
Enquadramento Macroeconómico	*1. Inflação	0,13
	*2. Balança orçamental em % do PIB	0,13
	*3. Dívida do estado em % do PIB	0,13
	*4. Volatilidade da taxa de câmbio	0,13
	*5. Balança de transacções correntes em % do PIB	0,13
	6. Qualidade da <i>policymaking</i>	0,13
	7. Fundamentos institucionais	0,13
	8. Preços dos activos	0,13
Oportunidades de Mercado	*1. PIB, em mil milhões de US\$ e PPC	0,16
	*2. PIB per capita, US\$ em PPC	0,10
	*3. Crescimento real do PIB	0,16
	*4. Parcela no comércio de mercadorias mundial	0,14
	*5. Taxa média anual de crescimento das exportações	0,08
	*6. Taxa média anual de crescimento das importações	0,08
	*7. Dotação de recursos naturais	0,14
	*8. Lucratividade	0,06
	9. Integração regional	0,04
	10. Proximidade dos mercados	0,04
Políticas dirigidas às Empresas Privadas e à Concorrência	1. Grau de protecção dos direitos privados de propriedade	0,11
	2. Regulamentação governamental na criação de novas empresas privadas	0,11
	3. Liberdade das empresas existentes para competir	0,11
	4. Promoção da concorrência	0,11
	5. Protecção da propriedade intelectual	0,11
	6. Controlo de preços	0,11
	7. Distorções originadas em <i>lobbying</i> de grupos de interesses especiais	0,11
	8. Distorções originadas na posse/controlo estatal	0,11
	9. Accionistas minoritários	0,11
Políticas dirigidas ao Investimento Estrangeiro	1. Políticas governamentais dirigidas ao capital estrangeiro	0,20
	2. Abertura da cultura nacional às influências estrangeiras	0,20
	3. Risco de expropriação de activos estrangeiros	0,20
	4. Disponibilidade de esquemas de protecção ao investimento	0,20
	5. Favoritismo do governo	0,20
Controlo do comércio externo e das trocas	1. Liberalização de capitais	0,20
	**2. Protecção tarifária e não-tarifária	0,20
	3. Facilidade de comércio	0,20
	*4. Abertura de mercado	0,20
	5. Restrições às transacções internacionais de bens e serviços	0,20
Regime Fiscal	**1. Carga fiscal das empresas	0,20
	*2. Taxa máxima de IRS	0,08
	*3. Imposto sobre o valor acrescentado	0,08
	4. Contribuições dos empregadores para a segurança social	0,12
	5. Grau apartir do qual o regime fiscal encoraja novos investimentos	0,12
	6. Consistência e imparcialidade do sistema fiscal	0,20
	7. Complexidade fiscal	0,20

**Quadro 6.1 (cont.)**
**Composição das categorias do ranking do ambiente de negócios**

Categorias	Indicadores	Peso
Financiamento	1. Abertura do sector bancário	0,17
	2. Capitalização do mercado de stocks	0,17
	**3. Distorsões nos mercados financeiros	0,17
	4. Qualidade do sistema regulamentar financeiro	0,17
	5. Acesso de estrangeiros ao mercado de capital local	0,17
	6. Acesso ao financiamento de médio prazo para investimento	0,17
Mercado de Trabalho	*1. Custos do trabalho ajustados para a produtividade	0,10
	*2. Disponibilidade de trabalho competente	0,14
	3. Qualidade da força de trabalho	0,12
	4. Qualidade dos gestores locais	0,08
	5. Competências em línguas	0,05
	6. Saúde da força de trabalho	0,08
	7. Nível de competências técnicas	0,05
	*8. Custo de vida	0,08
	**9. Incidência de greves	0,10
	10. Restrição das leis laborais	0,10
	11. Extensão da regulamentação salarial	0,05
	12. Contratação de estrangeiros	0,05
Infra-estruturas	*1. Densidade de telefones	0,06
	**2. Confiabilidade da rede de telecoms	0,06
	*3. Custos das telecoms	0,06
	*4. Telemóveis	0,06
	*5. Stock computadores pessoais	0,06
	*6. Utilização da Internet	0,06
	*7. Penetração da banda larga	0,06
	*8. Despesa de I&D em % do PIB	0,06
	9. Infraestruturas de investigação	0,06
	**10. Infraestruturas de distribuição a retalho e por grosso	0,06
	**11. Extensão e qualidade da rede rodoviária	0,06
	**12. Extensão e qualidade da rede ferroviária	0,06
	13. Qualidade da infraestrutura portuária	0,06
	14. Qualidade da infraestrutura aeroportuária	0,06
	*15. Produção de electricidade <i>per capita</i>	0,06
	*16. Aluguer de escritórios	0,06

Notas: Os indicadores são de natureza qualitativa com excepção dos assinalados com: (\*) quantitativos e (\*\*) parcialmente quantitativos.

Fonte: EIU, World Investment Prospects to 2011

### 6.1 Ranking das entradas líquidas de IDE e indicadores para Portugal

No ranking das entradas líquidas de IDE referente ao período de 2007-2011, os EUA surgem como a economia que, de longe, mais IDE irá atrair nos próximos 5 anos (16,75% do total mundial). A China, ao manter a 3ª posição, perspectiva-se como o maior mercado emergente de destino de IDE nos próximos anos, com cerca de 5,8% do total mundial. O Japão está em 22ª posição (ver Quadro 6.2).

A UE como um todo representa 38% do nível de IDE esperado (incluindo fluxos intra UE) a nível mundial. Entre os países da UE, realça-se o Reino Unido, que ocupa o 2º lugar, seguido da França, Bélgica e Alemanha em 4º, 5º e 6º lugares, respectivamente. A Espanha detém a 9ª posição e representa cerca de 3% do total mundial das entradas líquidas de IDE esperado.

No período 2007-2011, Portugal localiza-se em 26ª posição (0,6% no total mundial), tendo conquistado 8 lugares (a subida mais acentuada) face ao ranking anterior que analisava o período 2006-2010, e passou a estar acima da Dinamarca e da Áustria e permanece à frente da Finlândia, da Grécia e dos países dos últimos alargamentos da UE, com excepção da Polónia.

**Quadro 6.2**
**Ranking das entradas líquidas de IDE (esperadas)**

N.º de ordem em 82 países

Países	2007-2011			2006-2010			Variação no Rank
	Rank	Us\$ 10 <sup>3</sup> milhões	% do total mundial	Rank	Us\$ 10 <sup>3</sup> milhões	% do total mundial	
EUA	1	250,9	16,75	1	298,1	23,21	0
Reino Unido	2	112,9	7,54	2	89,4	6,96	0
China	3	86,8	5,79	3	85,7	6,67	0
França	4	78,2	5,22	4	69,9	5,45	0
Bélgica	5	71,6	4,78	8	33,8	2,63	3
Alemanha	6	66,0	4,41	6	39,5	3,08	0
Canadá	7	63,2	4,22	7	38,3	2,98	0
Hong Kong	8	48,0	3,20	9	33,3	2,59	1
Espanha	9	44,9	2,99	10	28,8	2,24	1
Itália	10	41,6	2,77	11	24,6	1,91	1
Holanda	11	38,5	2,57	5	50,4	3,92	-6
Suécia	16	26,1	1,74	12	22,4	1,75	-4
Irlanda	19	20,3	1,35	15	20,3	1,58	-4
Japão	22	13,3	0,89	27	7,7	0,60	5
Polónia	24	12,6	0,84	26	8,5	0,66	2
<b>Portugal</b>	<b>26</b>	<b>9,1</b>	<b>0,61</b>	<b>34</b>	<b>5,3</b>	<b>0,41</b>	<b>8</b>
Dinamarca	28	8,2	0,55	28	6,6	0,51	0
Roménia	30	7,7	0,51	30	6,1	0,48	0
Finlândia	42	5,7	0,38	35	5,3	0,41	-7
Rep. Checa	43	5,4	0,36	32	5,7	0,44	-11
Hungria	44	5,1	0,34	41	4,5	0,35	-3
Austria	48	4,0	0,27	22	9,7	0,75	-26
Bulgária	53	2,6	0,17	53	2,2	0,17	0
Eslováquia	56	2,2	0,15	55	2,1	0,17	-1
Grécia	66	1,5	0,10	58	2,0	0,16	-8
Estónia	68	1,4	0,09	72	1,1	0,09	4
Chipre	69	1,3	0,08	68	1,3	0,10	-1
Lituânia	70	1,2	0,08	70	1,2	0,09	0
Letónia	71	1,0	0,07	76	0,7	0,05	5
Eslovénia	72	1,0	0,07	74	0,7	0,06	2

Fonte: Economist Intelligence Unit, World Investment Prospects to 2010 e World Investment Prospects to 2011

Para a totalidade dos 10 anos, ou seja para o período de 2002 a 2011, o relatório disponibiliza os dados de base (2002-2006) e as previsões (2007-2011) consideradas para uma série de indicadores macroeconómicos e de IDE para Portugal (Quadro 6.3).

**Quadro 6.3**
**Indicadores de IDE para Portugal**

Portugal	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
População (milhões)	10,4	10,4	10,4	10,5	10,6	10,6	10,6	10,7	10,7	10,8
PIB Nominal (Us\$ 10 <sup>3</sup> milhões, a taxas de câmbio do mercado)	128,0	156,7	179,3	185,5	194,9	218,3	231,3	229,3	233,1	240,5
PIB Nominal (Us\$ 10 <sup>3</sup> milhões em PPC)	205,8	195,2	203,4	212,1	235,9	247,5	257,8	270,6	284,3	298,2
PIB Real (% em variação de ano par ano)	0,8	-0,7	1,3	0,5	1,3	1,8	2,1	2,2	2,3	2,3
PIB <i>per capita</i> (Us\$ a taxas de câmbio do mercado)	12360	15120	17240	17670	18470	2060	21740	21430	2170	22310
PIB <i>per capita</i> (Us\$ em PPC)	19890	18840	19560	2020	22366	23350	24230	25290	26470	27660
Entradas líquidas de IDE (Us\$ 10 <sup>3</sup> milhões)	1,8	8,8	2,1	4,1	7,4	8,5	9	9,2	9,3	9,6
Entradas líquidas de IDE (% do PIB)	1,4	5,6	1,1	2,2	3,8	3,9	3,9	4	4	4
Entradas líquidas de IDE (% da FBCF)	5,5	24,5	5,1	10,1	17,9	18,7	18,9	19,4	19,4	19,3
Entradas líquidas de IDE <i>per capita</i> (Us\$)	170	848	199	394	702	803	847	861	873	896
Stock de entrada bruta de IDE (Us\$ 10 <sup>3</sup> milhões)	44,0	62,2	70,6	65,6	85,5	94,0	103,0	112,1	121,5	131,1
Stock de entrada bruta de IDE (% do PIB)	34,4	39,7	39,4	35,4	43,9	43,1	44,5	48,9	52,1	54,5
Stock de entrada bruta de IDE <i>per capita</i> (Us\$)	4250	6010	6810	6310	8140	8910	9710	10540	11350	12210
Saídas líquidas de IDE (Us\$ 10 <sup>3</sup> milhões)	0,2	8,1	7,8	2,2	3,5	4,2	5,1	5,8	6,7	7,7
Saídas líquidas de IDE (% do PIB)	0,2	5,2	4,3	1,2	1,8	1,9	2,2	2,5	2,9	3,2
Stock saída bruta de IDE (Us\$ 10 <sup>3</sup> milhões)	21,1	35,9	48,3	50,6	54,1	58,3	63,3	69,1	75,8	83,5
Stock saída bruta de IDE (% do PIB)	16,5	22,9	27	27,2	27,7	26,7	27,4	30,2	32,5	34,7

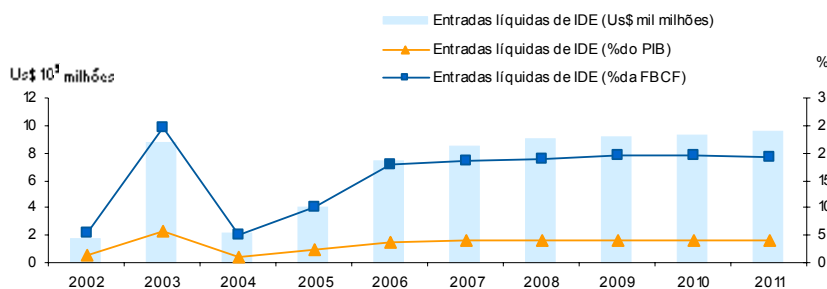
Fonte: EIU, World Investment Prospects to 2011

Com base no Quadro 6.3 e Figura 6.1, é possível retirar algumas observações que complementam a informação sobre Portugal:

- Prevê-se uma evolução positiva e sustentada das entradas líquidas de IDE no quinquénio 2007-2011, num total previsto de cerca de 46 mil milhões de dólares (variando entre 8,5 mil milhões de dólares em 2007 e 9,6 mil milhões de dólares em 2011), o que representa praticamente o dobro do valor registado em 2002-2006 (cerca de 24 mil milhões de dólares).
- Quanto às saídas líquidas de IDE, nota-se que as previsões reflectem uma tendência de crescimento anual superior à das entradas, ao longo do período de 2006-2011, atingindo o montante total de cerca de 30 mil milhões de dólares.
- Em termos de peso das entradas e saídas líquidas de IDE no PIB, verifica-se que em 2011 as saídas (3,2%) se aproximam das entradas (4%), cuja taxa se mantém idêntica nos cinco anos do período 2006-2011.

Figura 6.1

Indicadores de entradas líquidas de IDE para Portugal



Fonte: EIU, World Investment Prospects to 2011

6.2 Ranking do ambiente de negócios

No que respeita aos *rankings* de ambiente de negócios, o relatório não disponibiliza informação sobre Portugal para as 10 categorias atrás referidas, fazendo-o apenas para o indicador compósito global. Assim, no Quadro 6.4 é apresentada o *ranking* global do ambiente de negócios para os quinquénios de 2007-2011 (dados prospectivos) e 2002-2006 (histórico) para os países seleccionados.

Comparando os dez primeiros lugares deste *ranking* com os do *ranking* das entradas líquidas de IDE, nota-se que só os EUA e o Reino Unido coincidem.

A Dinamarca e a Finlândia destacam-se nos dois primeiros lugares oferecendo os ambientes de negócio mais atractivos para o quinquénio de 2007-2011, os EUA surge em 7ª posição (desce 3 lugares face a 2002-2006) e o Reino Unido está em 10ª posição, registando a maior descida em relação à situação de 2002-2006 (6ª posição).

Constata-se que, para 2007-2011, são precisamente os EUA e o Reino Unido os países melhor colocados no *ranking* das entradas líquidas de IDE e em contrapartida, a Dinamarca e a Finlândia quedam-se por lugares modestos neste mesmo *ranking*.

Do 1º para o 2º quinquénio, Portugal avança 3 lugares, perspectivando-se no 33º, à frente da Itália e da Grécia e de mais 7 países dos alargamentos da UE. A Espanha mantém o 22º lugar e a Polónia o 34ª, passando para trás de Portugal

**Quadro 6.4**
**Ranking do ambiente de negócios**

N.º de ordem em 82 países

Países	2007-2011		2002-2006		Variação no rank
	Rank	Pontuação	Rank	Pontuação	
Dinamarca	1	8,76	2	8,69	1
Finlândia	2	8,75	3	8,64	1
Singapura	3	8,72	1	8,71	-2
Suíça	4	8,71	7	8,59	3
Canadá	5	8,70	5	8,63	0
Hong Kong	6	8,68	8	8,57	2
EUA	7	8,65	4	8,64	-3
Holanda	8	8,64	9	8,53	1
Austrália	9	8,60	12	8,16	3
Reino Unido	10	8,60	6	8,62	-4
Suécia	11	8,60	11	8,34	0
Irlanda	12	8,57	10	8,49	-2
Alemanha	13	8,46	16	7,97	3
Bélgica	15	8,30	14	8,07	-1
Áustria	16	8,24	17	7,87	1
França	18	8,12	18	7,87	0
Estónia	21	7,87	20	7,72	-1
Espanha	22	7,82	22	7,40	0
Rep. Checa	26	7,55	28	7,03	2
Japão	27	7,54	27	7,08	0
Eslováquia	29	7,44	31	6,81	2
Eslovénia	32	7,41	34	6,75	2
<b>PORTUGAL</b>	<b>33</b>	<b>7,39</b>	<b>36</b>	<b>6,73</b>	<b>3</b>
Polónia	34	7,17	35	6,73	1
Hungria	35	7,12	32	6,79	-3
Chipre	36	7,10	33	6,77	-3
Letónia	37	7,06	39	6,63	2
Lituânia	38	7,03	40	6,62	2
Itália	40	7,02	42	6,48	2
Grécia	43	6,81	44	6,34	1
Bulgária	44	6,77	49	5,89	5
Roménia	48	6,58	51	5,79	3

Fonte: Economist Intelligence Unit, World Investment Prospects to 2011

## 7. Agenda

### 7.1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Conselho Competitividade	<p>O Conselho da União Europeia - <b>Competitividade (Mercado Interno, Indústria e Investigação)</b> reuniu no passado dia 28 de Setembro, em Bruxelas, sob a presidência do Ministro da Economia e da Inovação e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.</p> <p>Destacam-se os seguintes resultados do Conselho:</p> <p>O Conselho alcançou um entendimento consensual sobre as principais questões relativas às quatro propostas que visam o estabelecimento das <b>Iniciativas Tecnológicas Conjuntas</b>, nos seguintes domínios: Medicamentos Inovadores, Sistemas Informáticos incorporados, Tecnologias Nano-electrónicas e Aeronáutica e Aviação.</p> <p>O Conselho debateu a <b>política de competitividade europeia</b>, numa abordagem integrada, ou seja, incluindo a política industrial, a política de Pequenas e Médias Empresas, e uma estratégia para <i>e-skills</i> (competências para a sociedade da informação), concluindo pela necessidade de reforçar a interligação entre as diferentes políticas.</p>
Energia	<p>O Conselho de Ministros, de 13 de Setembro de 2007, aprovou o Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico aplicável à produção de energia eléctrica por intermédio de unidades de micro-produção, também designado por «Renováveis na Hora», dando mais um passo na concretização da Estratégia Nacional para a Energia e também do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa - Simplex 2007.</p> <p>No contexto da Estratégia Nacional para a Energia, esta acção legislativa visa dar um impulso decisivo à produção de electricidade através de micro unidades, descentralizando a produção deste vector energético. Do ponto de vista do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa, visa-se, sobretudo, simplificar o processo de licenciamento da micro-produção, reunindo num só diploma todo o quadro legal referente à actividade de micro-produção de electricidade, garantindo a sua coerência interna, tornando-o mais transparente para os agentes económicos envolvidos.</p> <p>Este diploma prevê que a electricidade produzida seja destinada predominantemente a consumo próprio, sendo o excedente passível de ser entregue a terceiros ou à rede pública, com o limite de 150 kW de potência no último caso.</p> <p>É criado o Sistema de Registo da Micro-Produção (SRM), que constitui uma plataforma electrónica de interacção entre os produtores e a Administração Pública, com o objectivo de substituir o antigo processo de licenciamento, moroso e burocrático, por um mero acto de registo no referido SRM. Deste modo, qualquer entidade que disponha de um contrato de compra de electricidade em baixa tensão pode adquirir o estatuto de micro-produtor.</p> <p>É, ainda, previsto um regime simplificado de facturação e de relacionamento comercial, evitando a emissão de facturas e acordos de IVA pelos particulares, que para esse efeito são substituídos pelos comercializadores. O micro-produtor recebe ou paga através de uma única transacção, pelo valor líquido dos recebimentos relativos à electricidade produzida e dos pagamentos relativos à electricidade consumida.</p>
Simplex 2007	<p>Em Conselho de Ministros de 13 de Setembro de 2007, foi aprovado o Decreto-Lei que cria a certificação electrónica do estatuto de micro, pequena</p>

Iniciativa	Sumário
<p>Certificação <i>on-line</i> do estatuto de PME</p>	<p>e média empresa</p> <p>No âmbito do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa - Simplex 2007, este diploma vem criar a Certificação <i>on-line</i> do estatuto de PME, a efectuar pelo Instituto das Pequenas e Médias Empresas e da Inovação (IAPMEI).</p> <p>Esta medida visa facilitar a demonstração da dimensão das empresas, necessária para vários actos da sua actividade, designadamente, para acesso aos benefícios públicos específicos para as PME.</p> <p>Neste sentido, o IAPMEI passa a oferecer às empresas a possibilidade de obterem <i>on-line</i>, de modo fácil e em tempo útil, a certificação relativa ao seu estatuto de micro, pequena e média empresa (PME). Para o efeito, as empresas devem preencher um formulário electrónico disponibilizado no site do IAPMEI. Esta certificação, tem o prazo de validade de um ano, ficando as empresas certificadas pelo IAPMEI dispensadas de entregar os documentos probatórios de classificação, sempre que se candidatarem aos apoios na Administração Pública e nas entidades protocoladas neste âmbito.</p> <p>Este processo pretende garantir rigor, rapidez e transparência em toda a sua tramitação visando acabar com a proliferação indesejável de interpretações diferentes, assegurando-se que apenas as PME possam ser beneficiárias dos apoios públicos específicos. Também as estatísticas nacionais sobre PME passarão a contar com dados mais fiáveis.</p> <p>Numa primeira fase de experimentação, de duração de um ano, este procedimento é destinado apenas às empresas que exerçam a sua actividade nas áreas sob tutela do Ministério da Economia e da Inovação. Após esta fase, a certificação <i>on-line</i> passa a aplicar-se às restantes empresas interessadas.</p>
<p>Investimento</p>	<p>Em Resolução do Conselho de Ministros, de 27 de Setembro de 2007, foram aprovadas as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar pelo Estado Português e a Agni Inc Pte. Ltd., e a Agni Inc, Desenvolvimento de Sistemas para Energias Alternativas, S. A.</p> <p>Este projecto visa a instalação, em Montemor-o-Velho, de uma Plataforma de Produção de Tecnologia (PPT), altamente automatizada e flexível, para a produção de pilhas de combustível e sistemas de processamento de hidrocarbonetos e de produção de energia.</p> <p>O investimento, que ascende a um montante total de 43,9 milhões de euros, envolve a criação de 166 postos de trabalho e permitirá alcançar em 2016, ano do termo da vigência do contrato, um volume de vendas de cerca de 576,8 milhões de euros e de um valor acrescentado de aproximadamente 163,6 milhões de euros, em valores acumulados desde o ano de 2009.</p> <p>A unidade da empresa em Portugal será, assim, a plataforma de expansão da actividade da empresa na Europa, uma vez que cerca de 80% da produção será destinada à exportação.</p> <p>De salientar que este investimento apresenta importantes efeitos de arrastamento em actividades a montante e a jusante. Além disso, proporciona a interacção e cooperação com entidades do sistema científico e tecnológico no desenvolvimento de produtos de carácter tecnológico, contribuindo para o desenvolvimento do <i>cluster</i> energético e a dinamização económica da região em que se insere.</p>
<p>Fundo Social Europeu Financiamento dos Programas</p>	<p>O Conselho de Ministros de 27 de Setembro de 2007 aprovou o Decreto Regulamentar que estabelece o regime jurídico de gestão, acesso e financiamento no âmbito dos Programas Operacionais financiados pelo</p>

Iniciativa	Sumário
Operacionais	<p>Fundo Social Europeu</p> <p>Este diploma procede à definição dos princípios gerais de gestão do Fundo Social Europeu (FSE), bem como à determinação da forma de promoção das actividades apoiadas, estabelecendo as modalidades de acesso a financiamento das entidades a apoiar, na sequência da aprovação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).</p> <p>Com efeito, o Decreto Regulamentar introduz ajustamentos na legislação nacional que enquadra os apoios concedidos pelo FSE, articulando com os princípios orientadores do QREN as novas exigências regulamentares decorrentes dos Regulamentos Comunitários, e a melhoria da eficácia na aplicação das verbas do FSE.</p> <p>No âmbito da aplicação às novas normas, procede à simplificação e à desburocratização no acesso das entidades ao FSE, com reforço da garantia do rigor na aplicação do financiamento público e no cumprimento dos procedimentos relativos à execução dos projectos financiados.</p> <p>Refira-se, ainda, que o decreto regulamentar confirma a importância estratégica do processo de certificação das entidades formadoras para a elevação da qualidade da intervenção do FSE, sem deixar de prever uma elevada flexibilidade no acesso dos agentes económicos e sociais aos apoios a conceder.</p>
Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Rev. 3	<p>Foi aprovado o Decreto-Lei que estabelece a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3, em Conselho de Ministros de 27 de Setembro de 2007.</p> <p>A revisão da Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3, abreviadamente designada por CAE-Rev.3, foi elaborada em consonância com as classificações de actividades da União Europeia e das Nações Unidas visando, deste modo, harmonizar as várias categorias da nomenclatura das actividades na Comunidade de forma a garantir a fiabilidade e comparabilidade dos dados estatísticos, nacionais e comunitários.</p> <p>Este diploma estabelece, ainda, o procedimento de transição para a nova classificação de actividades económicas, regulando a intervenção do Conselho Superior de Estatística e do Instituto Nacional de Estatística, com vista a assegurar aos diversos utilizadores as condições para uma aplicação mais correcta, integrada e harmonizada dos seus princípios metodológicos e conceptuais.</p>

## 7.2. Selecção de medidas legislativas

Assunto Diploma	Sumário
<p>Quadro de Referência Estratégico Nacional QREN 2007-2013</p> <p>Decreto-Lei n.º 312/2007 - I Série n.º 179, de 17/09</p>	<p>Define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais. Neste âmbito estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de monitorização, de auditoria e controlo, de certificação, de gestão, de aconselhamento estratégico e de acompanhamento e avaliação. A qualificação dos portugueses, a promoção de níveis elevados de desenvolvimento económico e o aumento da eficiência das instituições públicas constituem o principal desígnio do QREN. As cinco prioridades estratégicas estabelecidas no QREN referem-se a: (i) promover a qualificação dos portugueses; (ii) promover o crescimento sustentado, (iii) garantir a coesão social; (iv) assegurar a qualificação do território; e (v) aumentar a eficiência da governação. O QREN e os programas operacionais tem como princípios orientadores: (i) a concentração das intervenções, designadamente através da consagração de um número reduzido de programas operacionais</p>

Assunto Diploma	Sumário
	<p>temáticos; (ii) a selectividade dos investimentos e acções de desenvolvimento; (iii) a viabilidade económica das actuações dirigidas à satisfação do interesse público; (iv) a coesão e a valorização territoriais; e (v) a gestão e monitorização estratégica das intervenções com vista à prossecução das metas e prioridades estabelecidas.</p>
<p><i>Plano Tecnológico da Educação</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007 - I Série n.º 180, de 18/09</p>	<p>Aprova o Plano Tecnológico da Educação e estabelece a respectiva estrutura de coordenação. Como instrumento estratégico para a modernização tecnológica das escolas, o Plano Tecnológico da Educação tem por objectivos (i) reforçar e actualizar o parque informático das escolas, aumentar a velocidade de ligação à Internet e construir redes de área local; (ii) desenvolver uma estratégia para a disponibilização de conteúdos educativos digitais e para a oferta de formação e de certificação de competências em tecnologias da informação e da comunicação (TIC) dos professores; e (iii) adoptar um modelo de digitalização de processos que garanta a eficiência da gestão escolar. Para o período 2007-2010 foram definidos os seguintes objectivos específicos: - Atingir o rácio de 2 alunos por computador com ligação à Internet; - Garantir em todas as escolas o acesso à Internet em banda larga de alta velocidade; - Cartão electrónico para todos os alunos; - Massificar a utilização de meios de comunicação electrónicos; - Assegurar que 90% dos docentes vêm as suas competências TIC certificadas; - Certificar 50% dos alunos em TIC. O Plano Tecnológico da Educação estrutura-se em três eixos de actuação principais - Tecnologia, Conteúdos e Formação - no âmbito dos quais será desenvolvido um conjunto de projectos que visam ultrapassar os constrangimentos identificados no relatório de diagnóstico.</p>
<p><i>Convenção contra a Corrupção</i> Resolução da Assembleia da República n.º 47/2007 - I Série n.º 183, de 21/09</p>	<p>Aprova a Convenção contra a Corrupção, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de Outubro de 2003. Esta Convenção tem por objectivo (i) a promoção e o reforço das medidas destinadas a prevenir e a combater de forma mais eficaz a corrupção; (ii) promover, facilitar e apoiar a cooperação internacional e a assistência técnica em matéria de prevenção e de luta contra este tipo de ilícito criminal, incluindo a recuperação de activos, bem como (iii) promover a integridade, a responsabilidade e a boa gestão dos assuntos e bens públicos. Assim, as Partes deverão criminalizar certos comportamentos, entre outros, a corrupção de agentes públicos nacionais, a corrupção de agentes públicos estrangeiros e de funcionários de organizações internacionais públicas, o peculato, a apropriação ilegítima ou outro desvio de bens por um agente público e o branqueamento do produto do crime.</p>
<p><i>Marca Registada - Aquisição On-line</i> Decreto-Lei n.º 318/2007 - I Série n.º 186, de 26/09</p>	<p>Aprova, no âmbito do Programa Simplex, um regime especial de aquisição imediata e de aquisição on-line de marca registada. Este diploma vem alargar as possibilidades de obter a «Marca na Hora». De facto, com o regime em vigor, só era possível obter uma «Marca na Hora» aquando da constituição de uma «Empresa na Hora». A partir de agora, o serviço «Marca na Hora» passa a estar disponível, independentemente de se pretender, ou não, constituir uma empresa. Este serviço estará disponível nas conservatórias, noutros locais que ainda venham a ser designados e através da Internet. Este serviço permite a aquisição imediata de uma marca, pré-registada e pré-aprovada a favor do Estado, escolhida numa bolsa criada para o efeito, em atendimento presencial único. Assim, o processo de obtenção de uma marca passa a ser imediato. Como consequência das alterações estabelecidas pelo presente diploma são também reformulados alguns procedimentos que fazem parte do regime especial de constituição imediata de sociedades que criou a «Empresa na Hora», do regime que permite a constituição de empresas on-line e do Código da Propriedade Industrial. Decorrem também deste diploma, aperfeiçoamentos ao regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais. Consagra-se uma nova causa de dissolução oficiosa do procedimento administrativo de dissolução, que consiste no facto de a sociedade não ter sido objecto de actos de registo comercial durante mais de 20 anos. Fixam-se igualmente novas causas de liquidação oficiosa do procedimento administrativo de liquidação, que ocorrem quando o estabelecimento individual de responsabilidade limitada não tenha sido objecto de actos de registo durante mais de 20 anos, ou quando tenha ocorrido o óbito do titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada.</p>
<p><i>Acesso Internet - Cidadãos com Necessidades Especiais</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2007- I Série n.º 190, de 02/10</p>	<p>Estabelece, no âmbito do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade para os anos de 2006 a 2009, os requisitos mínimos de acessibilidade que devem respeitar os sítios da Internet do Governo e dos serviços e organismos públicos da Administração Central, com o objectivo de assegurar que a informação disponibilizada seja susceptível de ser compreendida e pesquisável pelos cidadãos com necessidades especiais. Neste sentido, devem ser adoptados os níveis de conformidade das directrizes sobre a acessibilidade do conteúdo da Internet desenvolvidas pelo</p>

Assunto Diploma	Sumário
	<p><i>World Wide Web Consortium (W3C)</i>. Impõe-se que, no prazo de três meses, os sítios de conteúdo meramente informativo, removam as barreiras digitais que possam existir e que impeçam totalmente os cidadãos com necessidades especiais de os utilizar. Os sítios que impliquem a prestação de serviços transaccionais aos cidadãos, designadamente entrega de declarações de rendimentos, envio de formulários, e pedido de certidões, têm seis meses para se adoptar no sentido de permitir aos cidadãos com necessidades especiais a sua utilização sem que para tal tenham de contornar quaisquer obstáculos.</p>

### 7.3. Em agenda

Evento	Local	Data prevista
Conselho ECOFIN / Eurogrupo	Luxemburgo	8 a 9 de Outubro de 2007
Conferência Emprego na Europa: Perspectivas e Prioridades	Lisboa	8 a 9 de Outubro de 2007
Seminário sobre "Inovação no mercado de financiamento de PME's"	Lisboa	8 de Outubro de 2007
Reunião Informal de Alto Nível - Construindo um Plano Estratégico para as Tecnologias Energéticas	Lisboa	8 de Outubro de 2007
Reunião informal do grupo de créditos à exportação	Lisboa	9 de Outubro de 2007
Reunião Informal de Conselheiros do Grupo Competitividade e Crescimento	Lisboa	9 de Outubro de 2007
Conferência anual do Conselho Nacional do ambiente e do desenvolvimento sustentável (CNADS)	Évora	10 a 13 de Outubro de 2007
Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas (CAGRE)	Luxemburgo	15 a 16 de Outubro de 2007
Reunião de Alto Nível do Grupo de Fiscalidade - Luta contra a Fraude		16 de Outubro de 2007
Reunião Informal de Chefes de Estado e de Governo	Lisboa	18 a 19 de Outubro de 2007
6.ª Conferência EuroMed de Ministros do Comércio	Lisboa	21 de Outubro de 2007
Seminário Internacional sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	Faro	22 de Outubro de 2007
Presidência, Alto Representante e Comissão presentes no Conselho da Europa	Estrasburgo	23 de Outubro de 2007
Conferência "Avaliação Ambiental Estratégica em Portugal e na UE - O desafio das alterações Climáticas"	Lisboa	24 de Outubro de 2007
VI Fórum do Turismo Europeu	Algarve	25 a 27 de Outubro de 2007
Fórum OIT sobre Trabalho Digno para uma Globalização Justa (em colaboração com a	Lisboa	31 de Outubro a 2 de Novembro de

OIT)

2007

Contratação Pública - Presidência do Grupo  
"Public Procurement Network" - PPN

Lisboa

12 a 13 de Novembro de 2007

## Abreviaturas utilizadas

VH	Varição homóloga
VH real	Varição homóloga real
M3M	Média móvel de 3 meses
VH/M3M	Varição homóloga da média móvel de 3 meses
v.c.s.	Valores corrigidos de sazonalidade
VE	Valor efectivo
N/(M12M) N-12	Valor do mês N dividido pela média móvel de 12 meses, centrada em N-12
SRE-VE	Saldo das respostas extremas (valor efectivo)
BP	Banco de Portugal
BCE	Banco Central Europeu
CE	Comissão Europeia
Eurostat	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IHPC	Índice harmonizado de preços no consumidor
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
FOB	“Free on Board”
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PEC	Plano de Estabilidade e Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia